
**Diretrizes e Orientações Metodológicas
para planejamento e implementação de
processos de Educação Ambiental em
Unidades de Conservação Federais e
Centro de Pesquisa e Conservação do
ICMBio**

**Brasília, Brasil
Maio de 2017**

Edição

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente Interino: Michel Temer

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Ministro: José Sarney Filho

Secretário Executivo: Marcelo Cruz

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Presidente: Ricardo Soavinski

DIRETORIA DE AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL EM UC

Diretor: Cláudio Carrera Maretti

COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Coordenador Geral: Paulo Roberto Russo

DIVISÃO DE GESTÃO PARTICIPATIVA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Chefe de Divisão: Camilla Helena da Silva

Ficha Catalográfica

xxx	Diretrizes e Orientações Metodológicas para planejamento e implementação de processos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação Federais e Centro de Pesquisa e Conservação do ICMBio. ISBN xxxx Educação Ambiental em Unidades de Conservação, Diretrizes Institucionais e Orientações Metodológicas, Gestão Ambiental Pública em Unidades de Conservação, Desenvolvimento Socioambiental, Participação na Gestão Pública de Unidades de Conservação.
-----	---

Esta publicação foi elaborada pela Coordenação de Educação Ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (antes COEDU e atualmente, DGPEA/CGSAM/DISAT/ICMBio), com apoio do Setor de Projetos Especiais do ICMBio, por meio do Projeto para Conservação e Uso Sustentável Efetivos de Ecossistemas Manguezais no Brasil (PROJETO PNUD BRA/07/G32) e do Projeto Para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental (PROJETO PNUD BRA/08/023), WWF-Brasil, e Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Instituto IEPÉ).

Participantes e colaboradores do Projeto

Adriana Risuenho Leão – Setor de Projetos Especiais/ICMBio (Projeto PNUD BRA/08/023 e PROJETO PNUD BRA/07/G32)

Alberto Costa de Paula – COMOB/ICMBio

Alessandra Fontana – PARNA Sempre Vivas/ICMBio (atualmente, PARNA de Jericoacoara/ICMBio)

Alex Barroso Bernal – Departamento de Educação Ambiental – DEA/MMA

Ana Claudina Soares Lopes – COEDU/ICMBio (atualmente, DGPEA/ICMBio)

Bruno Soares Lintomen – RESEX Arraial do Cabo

Camilla Helena da Silva – DGP/ICMBio (atualmente, DGPEA/ICMBio)

Célia da Silva Pereira – COEDU/ICMBio (atualmente, DGPEA/ICMBio)

Célia Regina das Neves Favacho – Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos - CONFREM

Cláudia Conceição Cunha – Coordenação Regional 06/ICMBio

Cláudio Rodrigues Fabi – CEPTA/ICMBio

Cristiane Ramscheid Figueiredo – DGP/ICMBio (atualmente, DGPEA/ICMBio)

Dione Torquato – Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS

Divina Nazaré Areba Lemes – Desenvolverh Assessoria em Recursos Humanos Ltda

Elizabeth Eriko Uema – DILIC/IBAMA

Enise Maria Bezerra Ito – APA Baleia Franca/ICMBio

Fabiana Prado – Instituto de Pesquisas Ecológicas – Instituto IPÊ

Fátima Aparecida Fabiano – Desenvolverh Assessoria em Recursos Humanos Ltda

Henrique Saule – Departamento de Extrativismo - DEX/MMA

Huéfeson Falcão dos Santos – FLONA de Tefé/ICMBio

Iaiá Floresta (Iaci Szajnwald de Menezes) – COEDU/ICMBio (atualmente, DGPEA/ICMBio)

Jerônimo Carvalho Martins – PARNA de Jericoacoara/ICMBio

José Batista Pessoa – Setor de Projetos Especiais/ICMBio (Projeto PNUD BRA/08/023)

Karina Jorge Dino – COEDU/ICMBio (atualmente, DGPEA/ICMBio)

Laci Santin – RESEX Pirajubaé/ICMBio

Lídia Maria Cardoso dos Santos – CGSAM/ICMBio

Lílian de Carvalho Lindoso – COPCT/ICMBio

Luciana Lazzari Ribas Cardoso – CNPT/ICMBio

Madson da Silva Conceição – RESEX Marinha de Soure/ICMBio

Maria Lúcia Silva – COEDU/ICMBio (atualmente, DGPEA/ICMBio)

Marcelo Meirelles Cavallini – COGCOT/ICMBio

Márcio Ricardo Ferla – PARNA dos Campos Gerais/ICMBio

Marcus Machado Gomes – PARNA Serra dos Órgãos/ICMBio

Mariete Borro Mucciato Xavier – PARNA do Iguapé/ICMBio

Maryanne Saisse – Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ/MMA

Michelle Maria Viana Bem – COGCOT/ICMBio

Nicélio Silva – PrevFogo/IBAMA

Patrícia Fernandes Barbosa – Departamento de Educação Ambiental – DEA/MMA

Paulo Roberto Russo – CGSAM/ICMBio

Renata Rocha Pereira – COEDU e DGP (atualmente, DGPEA)

Renata Rozendo Maranhão – Departamento de Educação Ambiental – DEA/MMA

Roberto Zanin – Coordenação de Educação Ambiental (atualmente, DGPEA)

Rogério Eliseu Egewarth – Coordenação de Educação Ambiental (atualmente, DGPEA)

Sérgio Fernandes Freitas – RESEX Baía do Iguapé/ICMBio

Simão Marrul – APA Baleia Franca/ICMBio

Tathiana Chaves de Souza – COMOB/ICMBio

Vera Christiana Pastorino – COEDU/ICMBio (atualmente, DGPEA/ICMBio)

Walciclea Purificação da Silva Cruz – REBIO do Tapirapé/ICMBio

Waldemar Londres Vergara – RESEX São João da Ponta/ICMBio

Walter Steenbock – CEPESUL/ICMBio

Organização, redação e consolidação dos textos

Nahyda Franca Von Der Weid – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE

Colaboração na Redação de Textos

Alessandra Fontana – PARNA Sempre Vivas/ICMBio (atualmente, PARNA de Jericoacoara/ICMBio)

Cláudia Conceição Cunha – Coordenação Regional 06/ICMBio

Cláudio Rodrigues Fabi – CEPTA/ICMBio

Enise Maria Bezerra Ito – APA Baleia Franca/ICMBio

Jerônimo Carvalho Martins – PARNA de Jericoacoara/ICMBio

Karina Jorge Dino – COEDU/ICMBio (atualmente, DGPEA/ICMBio)

Laci Santin – RESEX Pirajubaé/ICMBio

Márcio Ricardo Ferla – PARNA dos Campos Gerais/ICMBio

Marcus Machado Gomes – PARNA Serra dos Órgãos/ICMBio

Mariele Borro Mucciato Xavier – PARNA do Iguaçu/ICMBio

Maryanne Saisse – Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ/MMA

Paulo Roberto Russo – CGSAM/ICMBio

Sérgio Fernandes Freitas – RESEX Baía do Iguape/ICMBio

Simão Marrul – APA Baleia Franca/ICMBio

Walcilea Purificação da Silva Cruz – REBIO do Tapirapé/ICMBio

Revisão Técnica

Karina Jorge Dino – COEDU/ICMBio (atualmente, DGPEA/ICMBio)

Edição de Texto

Revisão de Texto

Cláudia Conceição Cunha – Coordenação Regional 06/ICMBio

Cláudio Rodrigues Fabi – CEPTA/ICMBio

Karina Jorge Dino – COEDU/ICMBio (atualmente, DGPEA/ICMBio)

Paulo Roberto Russo – CGSAM/ICMBio

Projeto Gráfico

Impressão Gráfica

Ilustrações

Edição Gráfica

Fotos

Unidades do ICMBio e Entidades que colaboraram neste trabalho:

APA Baleia Franca/ICMBio
CEPSUL/ICMBio
CEPTA/ICMBio
CGSAM/ICMBio
CNPT/ICMBio
COEDU/ICMBio (atualmente, DGPEA/ICMBio)
COGCOT/ICMBio
Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos - CONFREM
COMOB/ICMBio
Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS
Coordenação Regional 06/ICMBio
COPCT/ICMBio
DGPAR/ICMBio (atualmente, DGPEA/ICMBio)
Departamento de Educação Ambiental – DEA/MMA
Departamento de Extrativismo - DEX/MMA
Desenvolverh Assessoria em Recursos Humanos Ltda
DILIC/IBAMA
FLONA de Tefé/ICMBio
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE
Instituto de Pesquisas Ecológicas – Instituto IPÊ
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ/MMA
PARNA de Jericoacoara/ICMBio
PARNA do Iguaçu/ICMBio
PARNA dos Campos Gerais/ICMBio
PARNA Sempre Vivas/ICMBio
PARNA Serra dos Órgãos/ICMBio
PrevFogo/IBAMA
REBIO do Tapirapé/ICMBio
RESEX Arraial do Cabo/ICMBio
RESEX Baía do Iguape/ICMBio
RESEX Marinha de Soure/ICMBio
RESEX Pirajubaé/ICMBio
RESEX São João da Ponta/ICMBio
Setor de Projetos Especiais/ICMBio

Diretrizes e Orientações Metodológicas para planejamento e implementação de processos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação Federais e Centro de Pesquisa e Conservação do ICMBio

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO -----

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: MARCOS, PRINCÍPIOS E CONCEITOS QUE A LEGITIMAM -----

EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE GESTÃO AMBIENTAL: DIRETRIZES GERAIS -----

EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE GESTÃO AMBIENTAL: DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS ESPECÍFICAS -----

EA NA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL-----

EA NA GESTÃO DO FOGO -----

EA NO MONITORAMENTO PARTICIPATIVO DA BIODIVERSIDADE -----

EA VOLTADA PARA JUVENTUDES -----

RECOMENDAÇÕES E DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO -----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----

APRESENTAÇÃO

No âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes), a demanda por elaboração de diretrizes e orientações metodológicas como forma de fornecer apoio técnico e institucional para as ações e processos estruturados de educação ambiental voltados para o interior e entorno de unidades de conservação tem sido recorrente e alvo de amplos esforços institucionais da instância de coordenação da educação ambiental do Instituto Chico Mendes (antes Coordenação de Educação Ambiental e Capacitação Externa – COEDU, agora Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental - DGPEA)¹. Nesse sentido, foram promovidos processos coletivos de planejamento e de construção participativa de tais diretrizes que possam traduzir para os gestores e educadores o pensamento e a orientação institucional para o exercício integrado da educação ambiental no processo de gestão ambiental das unidades de conservação.

Neste sentido, quatro oficinas foram promovidas pela Coordenação de Educação Ambiental do Instituto Chico Mendes (COEDU) durante os anos de 2015 e 2016 para estruturar diretrizes e orientações metodológicas de simples entendimento e viabilidade tanto para educação ambiental como para o tema do monitoramento e avaliação das ações e processos estruturados² de Educação Ambiental no Instituto

¹ Até 22/02/2017, a instância responsável pela coordenação Educação Ambiental do Instituto Chico Mendes era a Coordenação de Educação Ambiental e Capacitação Externa (COEDU). A partir desta data, a Educação Ambiental passou a ser coordenada pela Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental (DGPEA). O lócus de coordenação da Educação Ambiental do ICMBio tem passado por mudanças desde a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

- 2007 a 2009: Criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, mas não havia uma coordenação responsável pela Educação Ambiental.
- 2009: Criada a CEAC (coordenação responsável pela Gestão Participativa, Educação Ambiental e Capacitação, mas assumiu como agenda prioritária a criação dos conselhos gestores de unidades de conservação).
- 2010: Extinta a CEAC e Criada a COEDU (coordenação responsável pela Educação Ambiental e Capacitação Externa) e DGPAR (Divisão responsável pela Gestão Participativa).
- Janeiro de 2017: Extinta a COEDU e Criada a DGPEA (divisão responsável pela Gestão Participativa, Educação Ambiental, Capacitação Externa e Programa de Voluntariado, por meio do DECRETO Nº 8.974, DE 24 DE JANEIRO DE 2017).

Sobre o histórico da Educação Ambiental em âmbito federal, ver:

- LOUREIRO, C. F. B.; SAISSÉ, M. V.; CUNHA, C. C. Histórico da educação ambiental no âmbito federal da gestão ambiental. In Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 28, p. 57-73, jul./dez. 2013. Editora UFPR.
- LOUREIRO, C. F. B.; SAISSÉ, M. V. Educação ambiental na gestão ambiental pública brasileira: uma análise da SEMA ao ICMBio. In R. Educ. Públ. Cuiabá, v. 23, n. 52, p. 105-129, jan./abr. 2014. Disponível em: http://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Repositorio/472/Documentos/Mural_PlanosdeFiscalizacao/FormacaoSocioambiental/Referencias/Educao%20ambiental%20na%20gestao%20ambiental%20publica%20brasileira%20LOUREIRO.pdf
- SAISSÉ, M. V. Sentidos e práticas da educação ambiental no Brasil: as unidades de conservação como campo de disputa. Tese de doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ, EICOS, 2011.
- QUINTAS, José Silva. A Dimensão Socioambiental na Gestão Ambiental Federal: Uma Contribuição para Repensar a Estrutura Regimental do IBAMA e do ICMBio. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/sobre_a_secundarizacao_da_dimensao_socioambiental_nas_estruturas_regimentais_do_ibama_e_icmbio.pdf Acessado em 23/03/2017.

² São considerados **processos estruturados de Educação Ambiental** na gestão pública da biodiversidade os que têm os elementos do Ato Pedagógico descritos, claramente identificados. Para saber mais sobre o Ato Pedagógico, sugerimos a leitura dos seguintes materiais:

- QUINTAS, José Silva. Educação no Processo de Gestão Ambiental Pública: A construção do ato pedagógico. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/EDUCACAO_NO_PROCESSO_DE_GESTAO_AMBIENTAL_PUBLICA.pdf
- Caderno 2 da ENCEA: A participação social e a ação pedagógica na implementação da unidade de conservação. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/caderno2.pdf

Chico Mendes. Essas oficinas de trabalho envolveram educadores e gestores de unidades de conservação e da sede da instituição, assim como representantes do Ministério do Meio Ambiente e de outras instituições parceiras.

Dessa forma, foi iniciado em 2016 pela Coordenação de Educação Ambiental e Capacitação Externa (COEDU) um processo de fortalecimento do diálogo com diferentes processos e macroprocessos do Instituto Chico Mendes, contribuindo para um maior entendimento sobre os espaços que a Educação Ambiental pode ocupar nas demais ações finalísticas. A construção tanto das *diretrizes Institucionais e orientações metodológicas sobre Educação Ambiental em unidades de conservação federais e centros de pesquisa e conservação*, quanto da *orientação metodológica para monitoramento e avaliação de ações, projetos e programas estruturados de educação ambiental em unidades de conservação federais* é parte deste esforço institucional da Educação Ambiental do Instituto Chico Mendes.

O principal ponto a ser destacado como resultado desse trabalho iniciado em 2016 foi que ele provocou reflexões sobre a prática de educação ambiental de educadores e gestores do Instituto Chico Mendes, construiu entendimentos, pactos e prioridades estratégicas que vão além das próprias diretrizes e orientações metodológicas já despontadas e podem vir a se constituir em marcos de gestão da Educação Ambiental na instituição.

Pretende-se que as diretrizes e orientações metodológicas aqui apresentadas possam contribuir para alinhar as ações, projetos e programas de Educação Ambiental implementados pelo Instituto Chico Mendes no sentido de possibilitar sua maior articulação e integração aos demais processos de gestão da biodiversidade das unidades de conservação, fortalecendo assim a participação social na gestão pública da biodiversidade.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: MARCOS, PRINCÍPIOS E CONCEITOS QUE A LEGITIMAM³

A problemática ambiental: crise ambiental ou civilizatória?

As evidências de sofrimento social por todo o planeta e a grande quantidade de dados científicos sobre o estado do ambiente na Terra nos assinala que a crise é profunda. Sua raiz está na ordem social vigente que vem historicamente se constituindo e se mantendo por meio de relações de dominação entre seres humanos e natureza. Não há base material de sustentação que dê conta dos padrões ou determinado estilo de vida escolhido por poucos, sem ter que acelerar a destruição e condenar a maioria da população mundial à pobreza.

Quintas (2008) nos elucida que é no contexto da crise ambiental que surgem as conferências internacionais. Os países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) se juntam na tentativa de negociar uma agenda de compromissos que tratasse dos chamados problemas ambientais globais de modo articulado. Com este intuito duas convenções internacionais principais são assinadas: a de *Mudanças Climáticas* e a da *Proteção da Biodiversidade* durante a Rio-92. Ainda nesse processo surge a proposta de um *Desenvolvimento Sustentável* que pudesse compatibilizar desenvolvimento econômico com proteção ambiental – “aquele que atendesse às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991:46).

Dessa forma o aumento de interesse e preocupação com o ambiente se intensifica do meio para o fim do século passado, reforçado pelos avanços no conhecimento científico sobre a dinâmica ecossistêmica, a ocorrência de acidentes ambientais, a crise energética e a conquista de espaços políticos pelo movimento ambientalista. Isso faz com que diferentes instâncias, governamentais e da sociedade civil, motivadas pela ONU discutissem a definição de novas metas de desenvolvimento social, considerando a **educação ambiental** como um dos seus meios principais.

A primeira vez em que se usou o termo **educação ambiental** foi na Universidade de Keele, no Reino Unido, em 1965. Somente em 1975, fez-se algo mais elaborado a respeito, com a realização do I Seminário Internacional de Educação Ambiental, em Belgrado (na antiga Iugoslávia). Esse foi um dos desdobramentos das discussões da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano em 1972, na qual foi acordada, a necessidade de se inserir a discussão acerca do ambiente na educação (Unesco, 1976).

A primeira grande conferência internacional da ONU sobre educação ambiental foi realizada em Tbilisi (na ex-União Soviética), em 1977. Essa conferência foi um grande marco e é considerada, até hoje, para as nações do planeta, a principal a respeito. Em Tbilisi, vários itens metodológicos, tidos como co-dependentes e integrados, foram listados como parte de uma educação que seria coerente com um novo tipo de desenvolvimento social. Destacam-se as seguintes:

- > estudar os planos de desenvolvimento social com vistas à sustentabilidade;
- > considerar a totalidade dos aspectos ambientais (o que implica o relacionamento entre as diferentes disciplinas científicas para um conhecimento integrado que resolva esses problemas);
- > entender a educação como processo permanente, com caráter “formal” e “informal”, utilizando-se

³ Parte das informações e conteúdo desta seção foi extraída, atualizada e adaptada do texto “**Educação Ambiental em Unidades de Conservação**” produzido no âmbito do Programa Petrobras Ambiental, Projeto Água em Unidade de Conservação: Parque Nacional da Tijuca, por Carlos Frederico B. Loureiro, Nahyda Franca e Marcus Azaziel, Ibase, Instituto Terrazul, PNT, RJ, 2006.

de diferentes meios;

- > buscar o uso das experiências das pessoas no local para a efetivação de alternativas solidárias (tendo apreendido, no entanto, embora provisoriamente, as relações entre o local, o nacional e o mundial, enfatizando-se a complexidade dos problemas e soluções);
- > aplicar uma abordagem interdisciplinar, reconhecendo a especificidade de cada disciplina, de modo que se adquira uma perspectiva global e equilibrada.

Com relação às funções, objetivos e público a quem se direciona, a Conferência de Tbilisi deliberou 41 recomendações que se desdobram em vários itens para os países membros: as estratégias, as finalidades, os conteúdos e o público alvo da Educação Ambiental.

Todas estas resoluções contribuíram para demarcar o caráter interdisciplinar da Educação Ambiental, nos diferentes níveis, na Educação formal e não formal, com uma visão complexa de meio ambiente levando em consideração os aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais. Mais do que difundir o conhecimento sobre funcionamento dos sistemas ecológicos, a Educação Ambiental deve contribuir para mudança de valores e atitudes na sociedade humana, não desvinculando os aspectos ambientais dos sociais e culturais.

São pressupostos que foram aceitos como válidos e indispensáveis à educação ambiental e que orientam as políticas públicas, programas governamentais ou não governamentais e projetos em diferentes países. Sintetizando, após Tbilisi, a educação **ambiental se institucionaliza como ferramenta da gestão ambiental de Estado**, inclusive com uma legislação específica ao tema.

ANO	CONFERÊNCIA	LOCAL
1972	Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo)	Estocolmo, Suécia
1975	Encontro Internacional em Educação Ambiental (Encontro de Belgrado)	Belgrado, Iugoslávia
1977	Iª Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental	Tbilisi, Geórgia
1987	Congresso Internacional sobre a Educação e Formação Relativa ao Meio Ambiente	Moscou, URSS
1990	Conferência Mundial sobre Educação para Todos	Jomtien, Tailândia
1992	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) – Rio 92	Rio de Janeiro, Brasil
1994	Iº Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental	Guadalajara, México
1997	Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade	Thessaloniki, Grécia
1997	Iª Conferência Nacional de Educação Ambiental	Brasília, Brasil
1997	IVº Fórum de Educação Ambiental e I Encontro da Rede de Educadores Ambientais	Vitória, Brasil
1997	Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo)	Estocolmo, Suécia
2002	Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável - Rio + 10	Johannesburgo, África do Sul
2004	Vº Fórum Brasileiro de Educação Ambiental	Goiânia, Brasil

2006	Vº Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental	Joinville, Brasil
2009	VIº Fórum Brasileiro de Educação Ambiental	Rio de Janeiro, Brasil
2012	VIIº Fórum Brasileiro de Educação Ambiental	Salvador, Brasil
2014	VIIIº Fórum Brasileiro de Educação Ambiental	Belém, Brasil

Em 2004, em Goiânia, o Vº Fórum Brasileiro de Educação Ambiental foi um encontro de grande repercussão no país, tanto em termos de definição de rumos e propostas em âmbito governamental federal, como de redefinição do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA). A partir do Vº encontro o Fórum Brasileiro de Educação Ambiental passa a ser um espaço de referência e de reflexão importante que fortalece a educação ambiental brasileira em suas várias linhas de atuação, por meio da consolidação de experiências desenvolvidas, por diferentes atores e contextos no país, intensificando a sua divulgação, intercâmbio e avaliação.*⁴

* A última versão do PRONEA pode ser encontrada no site <http://www.mma.gov.br/publicacoes/educacao-ambiental/category/98-pro.nea>. Nesse site também podem ser encontrados os documentos resultantes das grandes conferências internacionais, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, aprovado na Conferência Rio 92, e uma série de manifestos nacionais e internacionais do campo ambiental.

O **desenvolvimento sustentável**, preocupação social existente na chamada, vulgarmente, sociedade globalizada de hoje, tornou-se uma das categorias principais do “ambientalismo”.

Longe de ser uma unanimidade metodológica, o conceito do desenvolvimento sustentável manifesta os diferentes modos de pensar e agir socialmente acerca do que é *ecológico* ou *ambiental*.

A utopia que o momento histórico estimulou a buscar, segundo Porto Gonçalves (2006), é uma sociedade planetária justa, democrática e sustentável constituída pela pluralidade e diversidade de **sociedades sustentáveis**. A construção de um futuro sustentável necessitará das riquezas disponíveis na natureza e das produzidas pelo trabalho humano, que no presente estão na mão de poucos. Daí esta construção ser antes de tudo um problema político.

Quintas (2008), por outro lado aponta que as intervenções em direção à superação da crise ambiental serão necessariamente processuais. Quer se aposte na reforma da sociedade atual ou na sua transformação.

“O que distinguirá uma postura da outra será a finalidade das intervenções. Se elas serão realizadas com o propósito de reformar a sociedade atual, mantendo seus estruturantes ou de construir uma outra em que a justiça social, a democracia e a segurança ambiental sejam premissas fundantes”. (QUINTAS, 2008, p.7).

⁴ Sugiro que todas as informações que aparecem em * vermelho dentro de Boxes entrem na margem esquerda do documento.

No final do século e início dos anos 2000 aprofunda-se, portanto a reflexão que os problemas mundiais e os locais em cada nação não poderão ser resolvidos somente com educação, visto que a educação é uma prática social e, portanto, se define em sociedade. Porém, não será possível solucionar problemas que se manifestam política e economicamente em todo o mundo sem uma educação:

- > ecumênica, que integre pessoas laicas (não religiosas) e religiosas;
- > internacionalista, em que as pessoas percebam que cada nação pode manter sua cultura, mas não deve dominar as outras;
- > não discriminatória, para que as pessoas entendam que diferenças entre homens e mulheres devem ser respeitadas;
- > humanística, mas não antropocêntrica, ou seja, pela qual as pessoas percebam a diversidade socioambiental e a importância da proteção da biodiversidade como uma unidade (na teoria e na prática).

Para tentarmos atingir as condições educacionais acima mencionadas, numa ação voltada para as Unidades de Conservação (UC), deve-se ter consciência dos limites impostos pela inserção de nosso país no contexto da globalização internacional (situação na qual os países disputam economicamente recursos - naturais inclusive - em condições altamente desiguais, com consequências que se mostram no quadro atual de pobreza e degradação ambiental geral).

Precisamos compreender o atual resultado histórico da sociedade brasileira no ambiente mundial não como algo estático, mas sim transformável. É preciso conhecer as condições que permitem que cada pessoa possa compreender a sua realidade, incluindo seus conflitos, por meio de um diálogo democrático entre iguais, que, para serem iguais, devem ter as mesmas condições sociais, ao menos nos níveis básicos econômicos, políticos, jurídicos, educacionais e sanitários.

É assim que se pode perceber a educação voltada para as Unidades de Conservação. Trabalhando com a intencionalidade clara de construção de outra sociedade, mais justa social e ambientalmente e que tenha a democracia como princípio estruturador. A aposta que está por trás e determina o caminho educacional a ser trilhado é a da transformação social.

Pontos de partida da Educação Ambiental

Para conceber processos educativos em unidades de conservação a polêmica questão - proteção da biodiversidade e integração com as comunidades que vivem em seu interior ou entorno – é um ponto a ser tratado de imediato.

Na abordagem dessa questão é importante partir da ideia (representação) sobre *educação* e meio *ambiente*, para então entender educação ambiental em sua diversidade, com as suas consequências práticas.

Portanto vamos inicialmente, a definição sobre o que entendemos por educação e ambiente⁵:

Educação é uma prática social cujo fim é o aprimoramento humano naquilo que pode ser aprendido e recriado a partir dos diferentes saberes existentes em uma cultura, de acordo com as necessidades e exigências de uma sociedade. Atua, portanto, sobre a vida humana em dois sentidos: (1) desenvolvimento

⁵ Os conceitos tratados nessa seção foram extraídos e adaptados de LOUREIRO, C.F.B. – *Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política* – São Paulo, Cortez, 2012 – Coleção Questões de Nossa Época – Vol. 39

da produção social, até mesmo dos meios instrumentais e tecnológicos de atuação no ambiente; (2) construção e reprodução dos valores culturais.

A definição de **Ambiente** é sempre uma síntese da dimensão natural e da social. Portanto é um conjunto de relações sociais que estabelecemos entre nós e com a natureza em um determinado espaço e tempo. O ambiente não é, portanto, o espaço natural independente da ação social, mas o resultado de interações complexas e dinâmicas, limitadas em recortes de espaço e tempo que permitem a construção do sentido de localidade, territorialidade identidade, pertencimento e de contextualização para os agentes sociais.

Os diferentes entendimentos sobre a relação entre a sociedade de nossa espécie e a natureza como um todo geram polêmicas entre os envolvidos em práticas educativas. A separação entre a natureza planetária e a sociedade (com seus seres vivos culturais) é ainda nos dias de hoje o erro mais importante desse debate.

Ao considerarmos *ambiente* como representação social é necessário sempre lembrar que o ambiente não é algo que está fora de nós e é somente objetivo. Trata-se de um conceito que liga as condições práticas de nossa existência ao nosso pensar e sentir. A gestão ambiental da biodiversidade de um determinado território, como a administração de uma unidade de conservação e de seu entorno é dependente da compreensão de que as pessoas possuem do ambiente.

A **Educação Ambiental** se forem consideradas as recomendações de Tbilisi, tem implícita a missão de tratar do ambiente integradamente, onde sociedade e natureza é uma unidade, não existem separadamente. Contudo, observa-se que, na prática, quase sempre não é assim, pois os aspectos biofísicos são mais enfatizados do que os culturais (ou vice-versa) ou vistos como separados, mesmo que às vezes se diga, no discurso, que são complementares.

Quando **conflitos** são explicitados – e os diferentes interesses em confronto mostrados –, inicia-se a compreensão para a sua resolução. Isso faz com que, para começar, as representações sociais e as atitudes de nossa convivência coletiva e individual sejam revistas. Nesse sentido, pode-se, por exemplo:

- > Propor uma *educação ambiental preservacionista*, se a atenção estiver voltada apenas para a conservação do patrimônio biológico sem a relacionar com as questões sociais, como se isso fosse possível na prática, pretendendo que uma UC possa ser mantida “intocável”, sem a ação de agentes sociais quaisquer.
- > Relacionar educação ambiental com a ideia de sustentabilidade (*educação ambiental para a sustentabilidade*), se nosso interesse for manter o desenvolvimento social atual, apenas reformando os aspectos poluidores do capitalismo.
- > Defender uma educação ambiental crítica (*emancipatória, transformadora, no processo de gestão ambiental etc.*⁶), para se repensar e alterar na prática nossa inserção na natureza, contribuindo para a construção de uma nova sociedade.

É possível uma síntese crítica por meio de uma educação científica e pelo diálogo democrático. A questão é como fazer isso, daí todas as polêmicas em torno das diferentes posições.

Como contribuição rumo a um processo educativo mais democrático, entende-se que:

⁶ Ver mais adiante no texto definição de educação ambiental crítica, emancipatória, transformadora, no processo de gestão ambiental.

- > a natureza é uma unidade complexa, e a vida, o seu processo de auto-organização;
- > somos seres naturais que redefinem o modo de existir na natureza pela própria dinâmica da sociedade na história;
- > as pessoas são constituídas por mediações múltiplas (unidade biológica social);
- > a educação **tem a finalidade de buscar a transformação social**, o que engloba indivíduos e atores sociais em novas estruturas institucionais, como base para a construção democrática de “**sociedades sustentáveis**” e novos modos de se viver na natureza (sempre respeitando as categorias das Unidades de Conservação e seus objetivos de manejo específicos).

Partindo desses pressupostos, cabe nesse momento formular algumas questões que devem estar presentes quando se planeja uma proposta de educação ambiental:

- > Que educação ambiental queremos?
- > Por que e com quem prioritariamente realizaremos tal prática?
- > Quais são os aspectos sociais que se pretende desenvolver durante esse processo?
- > Como se dará a continuidade do processo?

Para responder a questões como essas, o Instituto Chico Mendes toma, como orientação oficial, o que propôs a Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEAM) do Ibama no período de 2002 à 2007.

Educação Ambiental no processo de Gestão Ambiental Pública em Unidades de Conservação

O Instituto Chico Mendes trabalha com a concepção de educação no processo de gestão ambiental pública. Nesse sentido, entende que:

Quando pensamos em educação no processo de gestão ambiental estamos desejando o controle social na elaboração e execução de políticas públicas, por meio da participação permanente dos cidadãos, principalmente, de forma coletiva, na gestão do uso dos recursos ambientais e nas decisões que afetam a qualidade do meio ambiente. (Ibama, 2002)

Podemos dizer que o enfoque metodológico de resolução de problemas, como meio para a problematização da realidade, é uma preparação para enfrentarmos o conflito. Esse enfrentamento pode ser uma ocasião para, democraticamente, quando não superar o conflito totalmente, ao menos esclarecer posições e começar a trabalhar com consensos ou acordos específicos.

Um método de ensino-aprendizagem que adota a ideia de uma educação **emancipatória**, pela explicitação de conflitos e estratégias coletivas, é condição para uma gestão socioambientalmente eficiente e, de fato, democrática, em UC.

O **Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)***, instituído pela Lei 9.985/00, define critérios e normas para a criação, implantação e gestão de UC. Essa lei apresenta objetivos e diretrizes específicos, sendo que um deles é a conservação de espaços naturais (incluindo aí, na nossa visão, os culturais). Nesse sentido, é possível agrupar sinteticamente seus objetivos em quatro grupos diferentes, mas complementares:

* SNUC SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000 <http://aiba.org.br/wp-content/uploads/2014/10/SNUC-LEI-N-9-985-DE-18-DE-JULHO-DE-2000-livro.pdf>

1. Proteção/manutenção/preservação da biodiversidade, da sociodiversidade e de serviços ambientais (bens utilizados) imprescindíveis (como a água);
2. Incentivo e promoção da pesquisa científica;
3. Promoção da educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
4. Promoção do desenvolvimento sustentável (para as comunidades do entorno das UC).

Nas atuais diretrizes trazidas pelo SNUC, nota-se ênfase na garantia de processos de envolvimento e participação da sociedade (populações locais, organizações não governamentais, poderes públicos municipais e estaduais etc.) na criação, implantação e gestão de UC.

Estimula-se a busca por parcerias e o incentivo às populações locais e organizações privadas na criação, no estabelecimento e na administração de UC dentro do “sistema nacional”. Da mesma forma, estimula-se também a participação da população (por meio de conselhos) na elaboração e/ou na aprovação do plano de manejo das unidades.

A solução de problemas socioambientais ultrapassa a mera discussão sobre uma gestão eficiente dos recursos naturais. É necessário refletir profundamente sobre a sociedade que estamos desenvolvendo, o nosso “papel” (enquanto cidadãos, gestores ambientais e educadores) reproduzindo-a dentro desse processo, e agir para transformar as desigualdades existentes, na medida do possível.

1. Que educação ambiental propomos?

Uma educação ambiental CRÍTICA, TRANSFORMADORA E EMANCIPATÓRIA:

CRÍTICA, que discute e explicita as contradições do atual modelo civilizatório.

TRANSFORMADORA, que acredita na capacidade da humanidade de construir outro futuro a partir do presente.

EMANCIPATÓRIA toma a liberdade como valor fundamental e busca a produção de autonomia dos grupos oprimidos e excluídos.

(...) todo processo educativo é antes de tudo um processo de intervenção na realidade vivida em que educador e educando, numa prática dialógica, constroem o conhecimento sobre ela, objetivando a sua transformação. (Ibama, 2002)

Cada participante do processo educacional traz para a coletividade suas contribuições, tanto a partir de suas vivências como de seu conhecimento “formal” (escolar) e “informal” (aprendido fora de escolas). Isso pode tornar o processo mais rico, mais próximo da realidade de todos os envolvidos e, portanto, com maior chance de continuidade e sucesso a longo prazo.

2. Por que e com quem se realiza tal prática?

O motivo é o *ambiente* ser indispensável à vida e, assim, como consta em nossa Constituição, direito de todas as pessoas e um bem comum da sociedade a ser preservado para a atual e as futuras gerações. Considera-se que os segmentos sociais direta ou indiretamente relacionados às questões do local trabalhado são:

- > Grupos atuantes ou residentes na UC e/ou no seu entorno vivendo problemas e conflitos relativos a impactos potenciais (riscos) ou efetivos (danos) socioambientais;
- > Cientistas, técnicos(as), concessionários(as) (comerciantes etc.) da UC e gestores(as).

3. Deve-se dar prioridade a grupos em condições específicas?

Sim, aqueles em situação de vulnerabilidade socioambiental, ou seja:

- > em maior dependência direta dos recursos naturais (industrializados ou não, bem como de seus rejeitos) para trabalhar e melhorar suas condições de vida no caso das UC de uso sustentável;
- > excluídos do acesso aos bens públicos; e
- > ausentes de participação em processos decisórios de políticas públicas que interferem na qualidade do local em que vivem.

4. Qual o instrumento metodológico inicial?

Diagnóstico da realidade socioambiental vivida por agentes da ação, para a compreensão da realidade socioambiental local e seu “desvelamento”. Com vistas à gestão ambiental participativa, adotamos o pressuposto de que:

*[...] a chave do entendimento da problemática ambiental está no mundo da cultura, ou seja, na esfera da totalidade da vida em sociedade [...]. Afinal, são as práticas do meio social que determinam a natureza dos problemas ambientais que afligem a humanidade [...]. É neste contexto que surge a necessidade de se praticar a **Gestão Ambiental Pública** *. No processo de transformação do meio ambiente [...] são criados e recriados modos de relacionamento da sociedade com o meio natural [...] e no seio da própria sociedade [...]. (Quintas, 2005)*

*** Considera-se nesse documento que o termo *Gestão Ambiental Pública* abrange tanto a gestão pública da biodiversidade como a gestão ambiental territorial**

Além disso,

A gestão ambiental é um processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído. Esse processo de mediação define e redefine, continuamente, o modo como os diferentes atores sociais, por meio de suas práticas, alteram a qualidade do meio ambiente e, também, como se distribuem os custos e os benefícios decorrentes da ação desses agentes. (Ibama, 2002)

Portanto, em consonância com a CGEAM, considera-se que: “A sociedade não é o lugar da harmonia, mas, sobretudo, de conflitos e dos confrontos que ocorrem em suas diferentes esferas (política, econômica, das relações sociais, dos valores etc.)” (Ibama, 2002).

Nesse sentido, é fundamental um esforço para se conhecer e sistematizar todos os aspectos que circundam e “interpenetram” a realidade onde se quer atuar e, assim, transformá-la.

5. Quais os principais conceitos sugeridos para o diagnóstico socioambiental?

- > **Potencialidade socioambiental** – conjunto de atributos de um ecossistema (recursos ambientais) passíveis de uso sustentável por grupos sociais, nos casos de UC de uso sustentável e para as de proteção integral, no entorno da UC.
- > **Problema socioambiental** – quando há risco e/ou dano socioambiental, podendo haver diferentes tipos de reação a ele, visando à sua solução (que depende da identificação de relações causais) por parte dos atingidos ou de outros agentes da sociedade civil e/ou do Estado.
- > **Conflito socioambiental** – quando há confronto de interesses incompatíveis (implícitos ou explícitos) entre agentes no uso de recursos e na gestão do ambiente.

6. O que o diagnóstico socioambiental deve identificar ou indicar?

- > Potencialidades, problemas e conflitos entre diferentes agentes que usam os recursos;
- > O contexto que circunda a(s) situação(ões) conflituosa(s) escolhida(s) - contexto econômico, social e político – e suas conexões com questões em diferentes escalas (regional, nacional e global);
- > Os atores/grupos sociais locais / regionais mais organizados, como se apresentam, os setores que representam e como se distribui a sua *correlação de forças* – qual a posição de cada ator/grupo social em relação à situação conflituosa e aos bens ambientais em disputa;
- > Os espaços de participação social instituídos e o perfil de quem participa desses espaços.

7. Quais os objetivos da educação na gestão ambiental em unidades de conservação?

- > Promover tanto as responsabilidades como os direitos sobre o uso dos recursos naturais (no caso das unidades de conservação de proteção integral, só se admite o seu uso indireto).
- > Fazer constantes revisões de planejamento e melhorias na gestão da unidade de conservação, por meio de aliança política e científica, capaz de responder às necessidades de desenvolvimento sustentável local, compatíveis com as determinações legais previstas na Lei do SNUC .

8. Enquanto ferramenta educativa para que serve os diferentes instrumentos de gestão participativa da unidade de conservação (Plano de Ação do Conselho, Plano de Manejo, Acordos de Gestão, Instrumentos / Protocolos de Monitoramento Participativo da Biodiversidade entre outros)?

- > Para promover a interlocução entre agentes sociais, com envolvimento direto ou indireto na conservação e no uso de recursos naturais e culturais (dentro ou no entorno do parque). Os instrumentos de gestão ajudarão a resolver problemas e conflitos, bem como poderão fomentar potencialidades identificadas no diagnóstico socioambiental, visando à justiça ambiental*.

Espera-se que, no processo de elaboração do diagnóstico, simultaneamente os grupos-alvo sejam mobilizados e que, a partir de diálogos, se firmem alguns consensos ou acordos.

O diagnóstico em si deve servir como uma “base” comum para se definirem objetivos, prazos e metas, bem como o monitoramento da educação ambiental na unidade de conservação como um todo**. O coletivo envolvido na gestão deve ser capaz de dar continuidade ao plano, propondo e gerindo novas ações, por meio da participação e da busca por novas parcerias no processo.

* Justiça ambiental é “[...] um conceito aglutinador e mobilizador, por integrar as dimensões ambiental, social e ética da sustentabilidade e do desenvolvimento, frequentemente dissociados nos discursos e nas práticas [...] mais que uma expressão do campo do direito, assume-se como campo de reflexão, mobilização e bandeira de luta de diversos sujeitos e entidades, como sindicatos, associações de moradores, grupos afetados por diversos riscos [...], ambientalistas e cientistas” (declaração de lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, setembro de 2001).

** Sobre o assunto Monitoramento e Avaliação da educação ambiental em UC, consultar o documento *“Estratégia de Monitoramento e Avaliação de processos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação Federais”*, MMA/ICMBio, Brasília, Abril 2017, disponível em <http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/biblioteca.html>

Destacamos no quadro abaixo os eventos e marcos legais que aportaram ao longo dos anos, as resoluções estruturantes da educação ambiental brasileira. São ainda eles que inspiram e oferecem a base sobre a qual, hoje construímos as diretrizes e orientações metodológicas dos processos de educação ambiental do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade.

MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

ANO	MARCOS LEGAIS	RESOLUÇÕES / DIRETRIZES / RECOMENDAÇÕES
1968 PARIS	CONFERENCIA DA UNESCO SOBRE BIOSFERA	Instaura o PROGRAMA HOMEM E BIOSFERA: Interações entre o homem e seu meio
1972 ESTOCOLMO	CONFERENCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE AMBIENTE HUMANO	⇒ Aponta a necessidade de mudança no modelo de desenvolvimento ⇒ Lança a Recomendação 96: Importância estratégica para Educação
1975 BELGRADO	CARTA DE BELGRADO Elaborada no Encontro de Belgrado. Traz os princípios e orientações para o Programa Internacional de Educação Ambiental	Recomenda um programa mundial de Educação Ambiental que tornasse possível o desenvolvimento de novos CONHECIMENTOS E HABILIDADES, VALORES E ATITUDES, visando à melhoria da qualidade ambiental e elevação da qualidade de vida.
1977 TBILISI	1ª CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Estabelece as DIRETRIZES estruturantes da Educação Ambiental ⇒ Ações de Educação Ambiental devem estar vinculadas às Políticas e decisões dos governos sobre meio ambiente. ⇒ “Educação Ambiental é parte integrante de processo educativo. Deve girar em torno de PROBLEMAS CONCRETOS e ter um caráter interdisciplinar”. ⇒ Educação Ambiental deve contribuir para perceber CLARAMENTE a importância do meio ambiente nas atividades de DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E CULTURAL. ⇒ Deve favorecer em todos os níveis, a participação responsável e eficaz da população na concepção e aplicação das decisões que põem em jogo a qualidade do meio natural, social e cultural.

1981	LEI 6938 / POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE - PNMA	⇒ PRINCÍPIO: X – Estabelece a Educação Ambiental em todos os níveis do ensino. Inclusive na educação da COMUNIDADE, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.
1988	CONSTITUIÇÃO FEDERAL ARTIGO 225	COMPETÊNCIA DO PODER PÚBLICO: ⇒ Estabelece o “meio ambiente ecologicamente equilibrado” como direito dos brasileiros, “bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida”, também, atribui ao “Poder Público e à coletividade o <i>dever</i> de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações”. ⇒ VI – Promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente
Decreto 02/1994 Decreto 2519/1998	CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA- CDB promulgado	⇒ Ratifica a pertinência da plena e eficaz da participação de comunidades locais e setores interessados na implantação e gestão de UC.
1999	LEI 9795 / POLITICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - PNEA	INCUBÊNCIA: III – Aos órgãos do SISNAMA promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.
2000	LEI 9985 / SISTEMA NACIONAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO - SNUC	OBJETIVO: XII – Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico. DIRETRIZ III. Assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação.
2006	DECRETO NO. 5758 / PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS - PNAP	DIRETRIZ: XI – Assegurar o envolvimento e a qualificação dos diferentes atores sociais no processo de tomada de decisão para a criação e para gestão das áreas protegidas, garantindo o respeito ao conhecimento e direitos dos povos indígenas, comunidades, quilombolas e locais.
2007	LEI 11.516 / FINALIDADE DO ICMBio	Fomentar e executar PROGRAMAS de pesquisa, proteção, preservação e conservação da Biodiversidade e de Educação Ambiental.
2010	ESTRATÉGIA NACIONAL PARA COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO/ ENCEA/MMA	OBJETIVO ESPECIFICO: Estimular processos formativos voltados à mobilização e ao empoderamento de atores sociais que atuam no âmbito do SNUC para intervenção crítica e transformadora na realidade, para o enfrentamento dos desafios socioambientais e participação qualificada nas tomadas de decisão.

EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE GESTÃO AMBIENTAL: DIRETRIZES GERAIS

A essência da Educação no processo de gestão Ambiental está em tornar o ato de conhecer como inseparável do ato de agir, e vice-versa, na perspectiva do protagonismo dos sujeitos da ação educativa. (QUINTAS, 2008)

As diretrizes e orientações metodológicas explicitadas a seguir exprimem o entendimento institucional sobre Educação Ambiental: o que nos une em termos de conceito e de prática. O que se pretende é que elas venham a impulsionar o enraizamento da educação ambiental no processo de gestão pública da biodiversidade, transversalmente na instituição.

A luz dos objetivos e princípios estabelecidos pela **Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental – ENCEA**, as diretrizes construídas pelo Instituto Chico Mendes se alinham à estratégia nacional e visam contribuir para implementação dos seus eixos, diretrizes e ações estratégicas. Dessa forma o Instituto avança na direção da efetiva utilização desse marco referencial na implementação de seus processos educativos nas Unidades de Conservação Federais e regiões de entorno. *

* **Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental – ENCEA** link:
<http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/Politica/politica-encea/encea.pdf>

Explicita-se a intencionalidade clara de se trabalhar a educação no processo de **Gestão Ambiental Pública (GAP)** desenvolvendo capacidades nas esferas do conhecimento, habilidades e atitudes, visando a PARTICIPAÇÃO individual e coletiva na gestão dos recursos ambientais e na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do meio ambiente, seja ele físico-natural ou construído. E reafirma-se a opção pela concepção de Educação Ambiental CRÍTICA, TRANSFORMADORA E EMANCIPATÓRIA.

Considerando a complexidade dos processos de educação ambiental implementados pelo Instituto Chico Mendes, foi necessário delimitar o objetivo macro e o específico das diretrizes e orientações metodológicas elaboradas, são eles:

▪ **Objetivo Macro**

Fortalecer a implementação dos processos de educação ambiental na gestão pública da biodiversidade promovendo a participação qualificada e o controle social nos espaços de gestão que afetam as Unidades de Conservação / Centros de Pesquisa e Conservação do ICMBio.

▪ **Objetivo Específico**

Contribuir para consolidar as práticas de Educação Ambiental considerando as realidades e demandas das unidades de conservação e Centros de Pesquisa e Conservação relacionadas aos temas; Gestão do Fogo, Monitoramento Participativo da Biodiversidade, Produção Sustentável e Juventude, fortalecendo de forma transversal a gestão ambiental participativa nas unidades de conservação.

Diante do desafio da implementação de uma educação ambiental crítica, emancipatória e transformadora, no processo de gestão pública da biodiversidade em unidades de conservação, foi necessária a priorização

de cinco (5) premissas que norteiam os processos de educação ambiental, são elas: **participação social, sustentabilidade, sujeitos prioritários da ação educativa, territorialidades e identidades e conservação da biodiversidade**. Esses são os **FOCOS de atenção** escolhidos que inspiram mais fortemente, as diretrizes e orientações metodológicas construídas. Importante ressaltar que os cinco aspectos priorizados enquanto premissas também representam as dimensões de análise para monitoramento e avaliação das ações educativas implementadas pelo Instituto Chico Mendes, conforme explicitado no documento **Estratégia de Monitoramento e Avaliação de processos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação Federais** (MMA/ICMbio, 2017).

▪ **Premissas de Educação Ambiental priorizadas**

1. **Participação Social** - “A participação não pode ser sinônimo de colaboração hierarquizada, mas construção coletiva, exercício igualitário na definição das relações de poder e das responsabilidades diante da vida em sociedade (LOUREIRO, 2007)”. Para Arnstei (2002) participação é a redistribuição de poder que permite aos cidadãos, atualmente excluídos dos processos políticos e econômicos, a serem ativamente incluídos no futuro.
2. **Sustentabilidade** - Considera-se sustentabilidade “a resposta às necessidades humanas com o mínimo ou nenhuma transferência dos custos da produção, consumo ou lixo para outras pessoas ou ecossistemas, hoje e no futuro (SATTERTHWAITE, 2004)”. Para facilitar a compreensão do conceito de sustentabilidade, Sachs (1993) a divide em cinco classificações/dimensões que se interdependem: a sustentabilidade ambiental, a sustentabilidade econômica, a sustentabilidade ecológica, a sustentabilidade social e a sustentabilidade política*.

* Para facilitar a compreensão do conceito de sustentabilidade, Sachs (1993, In BARBOSA, 2008) a divide em cinco classificações: a sustentabilidade ambiental, a sustentabilidade econômica, a sustentabilidade ecológica, a sustentabilidade social e a sustentabilidade política. **“Sustentabilidade ecológica** – refere-se à base física do processo de crescimento e tem como objetivo a manutenção de estoques dos recursos naturais, incorporados às atividades produtivas. **Sustentabilidade ambiental** – refere-se à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em face das agressões antrópicas. **Sustentabilidade social** – refere-se ao desenvolvimento e tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população com redução das desigualdades sociais. Implica na adoção de políticas distributivas e na universalização de atendimento a questões como saúde, educação, habitação e seguridade social. **Sustentabilidade política** – refere-se ao processo de construção da cidadania para garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento. **Sustentabilidade econômica** – refere-se a uma gestão eficiente dos recursos em geral e caracteriza-se pela regularidade de fluxos do investimento público e privado. Implica no aumento da produção e da riqueza social, sem dependência externa”.

3. **Sujeitos Prioritários da Ação Educativa** - Os sujeitos da ação educativa devem ser prioritariamente, segmentos sociais que são afetados e onerados, de forma direta pelo ato de gestão ambiental e dispõem de menos condições para intervirem no processo decisório (Quintas, 2002). A priorização é uma questão de reconhecimento da desigualdade social existente e de que é pela superação de tais condições antagônicas que se promoverá a possibilidade de uma sociedade mais justa e livre para todos e todas.
4. **Territorialidades e Identidades** A noção de territorialidade é compreendida como um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde, portanto, às relações sociais e às atividades diárias que os

sujeitos – homens e mulheres - têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana. Isso significa dizer que se entende a identidade como processo relacional e histórico, efetivado tanto cultural como econômica e politicamente. “A identidade é construída pelas múltiplas relações-territorialidades que estabelecemos todos os dias e isso envolve, necessariamente, as obras materiais e imateriais que produzimos, como os templos, as canções, as crenças, os rituais, os valores, as casas, as ruas etc”. Saquet (2003/2001)

- 5. Conservação da Biodiversidade** - A Conservação da Biodiversidade envolve um conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem à proteção em longo prazo das espécies, *habitats* e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais. (Lei Federal nº 9.985 / 2000.) A diversidade biológica tem forte relação com a sociobiodiversidade, com a diversidade de sociedades e de culturas e suas formas únicas de interação e interdependência com os elementos da biodiversidade. Os resultados da conservação e promoção do uso sustentável da biodiversidade são revertidos em benefícios econômicos, sociais e ambientais. (www.mma.gov.br)

DIRETRIZES GERAIS

Dessa forma se estabelecem as seguintes diretrizes gerais relacionadas a cada uma das premissas de educação ambiental priorizadas:

1- Participação Social

As práticas de educação ambiental na gestão pública da biodiversidade em UC devem contribuir para:

- > Fortalecer a organização e participação social.
- > Fomentar a participação cidadã dos grupos locais nas ações, decisões e no controle social de políticas públicas que incidem nos territórios das unidades de conservação;
- > Consolidar o Conselho Gestor como uma instância democrática, apropriada e legítima da UC.
- > Integrar os diversos conhecimentos e instrumentos de gestão produzidos (regimento interno, plano de manejo, plano de proteção, plano de uso dos recursos,...) e para a melhoria dos processos de tomada de decisão, vinculando o processo educativo às questões sociais, sejam elas entendidas em termos ambientais, culturais, políticos ou econômicos.
- > Orientar a prática participativa de educação ambiental que se adota em todo o processo, pela realidade dos grupos envolvidos e do contexto em que se insere, permitindo a construção e a correção de rumos no próprio caminho.
- > Envolver conselheiros e representantes comunitários nos processos de planejamento participativo de instrumentos de gestão, assim como de capacitações diversas, (contribuindo com formatos e sugestão de temas) afetas à gestão da UC.
- > Buscar atender as demandas por capacitações específicas dentro da temática “**Gestão Participativa**” já identificada em trabalhos de servidores e/ou parceiros. Expl: Capacitações para implementação de Plano de Manejo, para formação de lideranças, sobre legislação ambiental, para elaboração de plano de comunicação voltado para a sociedade e instituições do território da UC, etc.*.

* Visualizar indicação de mais demandas por capacitação em temáticas relativas à gestão participativa em RESEX no trabalho de Andrea Zimmermann, *Relatório do diagnóstico de experiências e demandas de capacitação em gestão participativa para as RESEX*, Projeto Gestão das Reservas Extrativistas federais na Amazônia Brasileira, Projeto PNUD BRA/08/002, 2012.

2- Sustentabilidade

As práticas de educação ambiental na gestão pública da biodiversidade em UC devem contribuir para:

- > Favorecer o olhar integrado sobre a realidade local, considerando o meio ambiente em sua totalidade e a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural;
- > Permitir a reflexão crítica das relações que se dão no espaço local, regional, nacional e global, em suas diversas dimensões (sociais, políticas e ecológicas);
- > Reconhecer as relações assimétricas da sociedade em relação ao acesso e uso de recursos ambientais, e acesso a direitos sociais;
- > Favorecer a circulação de informações que elucidem a dimensão dos direitos cidadãos;
- > Favorecer a articulação dos atores / grupos sociais em situação de vulnerabilidade para atuação em rede, como forma de enfrentamento das injustiças socioambientais vivenciadas.

3- Sujeitos Prioritários da Ação Educativa

As práticas de educação ambiental na gestão pública da biodiversidade em UC devem contribuir para:

- > Envolver os grupos / sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidade social e/ou de invisibilidade na gestão ambiental pública;
- > Buscar contemplar em suas ações a equidade geracional, de gênero e de grupos étnicos;
- > Buscar a condição de igualdade na participação dos sujeitos em situação de vulnerabilidade social com os demais envolvidos – uso de linguagem acessível, conhecimento e incorporação no processo de ensino-aprendizagem de elementos e hábitos culturais que favoreçam a participação desses grupos;
- > Proporcionar as condições que favoreçam o diálogo entre áreas disciplinares, saberes e fazeres dos diferentes sujeitos sociais envolvidos na prática da gestão ambiental pública.

4- Territorialidades e Identidades

As práticas de educação ambiental na gestão pública da biodiversidade em UC devem contribuir para:

- > Reconhecer e respeitar a pluralidade e diversidade cultural, articulando os aportes de diferentes saberes e fazeres e proporcionando a compreensão da problemática ambiental em toda a sua complexidade;
- > Fortalecer o protagonismo, autonomia e emancipação dos sujeitos / grupos sociais envolvidos, identificando e valorizando a expressão das diferentes práticas e saberes locais;
- > Fortalecer a relação dialógica entre técnicos, pesquisadores, comunitários e instituições na busca da criação de novos regimes de produção de saberes que contribuam na consolidação do protagonismo e legitimidade dos grupos sociais locais;
- > Reconhecer as culturas dos povos tradicionais, incorporando elementos de sua história, mitos, folclore e religiosidade na gestão ambiental de territórios.

5- Conservação da Biodiversidade

As práticas de educação ambiental na gestão pública da biodiversidade em UC devem contribuir para:

- > Identificar, analisar e contribuir na gestão de problemas / conflitos socioambientais incentivando a busca coletiva de soluções;
- > Qualificar os grupos locais em sua capacidade de se organizar, planejar, pensar criticamente e oferecer soluções próprias para problemas, riscos e/ou conflitos socioambientais locais;
- > Integrar conceitos como conservação da biodiversidade e qualidade de vida;
- > Implementar processos educativos diferenciados que incorporem contextos assimétricos, identificando questões / interesses concretos e práticas locais de conservação da biodiversidade;
- > Apresentar, discutir e articular os diferentes processos / instrumentos de gestão da UC, visando seu aprimoramento permanente – se apropriando de informações e conhecimentos presentes no Regimento Interno da UC, Plano de Manejo, Acordo de Gestão, Plano de Proteção, Plano de Uso dos Recursos entre outros instrumentos de gestão;
- > Estruturar e disponibilizar um fluxo de comunicação entre os grupos comunitários e os técnicos do ICMBio que facilite a difusão de informações e conhecimentos relativos a UC e sua gestão.

Complementando as diretrizes gerais identifica-se como **competências** para gestores e educadores desenvolverem a educação ambiental no processo de gestão pública da biodiversidade no território das unidades de conservação, um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes, também chamado de **CHA**, que integrados podem produzir uma atuação diferenciada e efetiva. São eles:

CONHECIMENTOS:

O gestor do Instituto Chico Mendes precisa ser capaz de conhecer e compreender:

- O papel do Estado e Políticas Públicas, possibilitando compreender a estrutura da Gestão Ambiental Pública e o seu papel nesse contexto;
- O Marco Legal, Sisnama, Instrumentos de Gestão que estruturam a Gestão Ambiental Pública;
- Aspectos Jurídicos e Marcos Legais da Gestão Ambiental Pública, contextualizando-os;
- Contexto histórico e sociopolítico nas diferentes escalas: Teoria crítica; Relação Sociedade-Natureza e suas concepções;
- Diferentes concepções de território: compreender dinâmicas territoriais/identitárias em diferentes escalas; dinâmicas territoriais, identitárias e culturais relacionadas à conservação da biodiversidade;

HABILIDADES:

O gestor do Instituto Chico Mendes precisa ser capaz de:

- Interagir de forma estratégica com os diferentes sujeitos no processo; dialogar com os diferentes saberes e atores;
- Analisar criticamente o contexto; saber interpretar os diferentes contextos socioambientais dos territórios nas diferentes escalas, seus conflitos e potencialidades;
- Desenvolver processos educativos junto a grupos sociais relacionados com a gestão da biodiversidade que:
 - a) proporcionem reflexões sobre as tensões inerentes à prática social e seus reflexos sobre a gestão socioambiental para a conservação da biodiversidade;

- b) promovam a participação protagônica na Gestão Ambiental Pública, contribuindo para a conservação da biodiversidade, o exercício da cidadania e a qualidade de vida das populações envolvidas;
- c) utilizem estratégias de ensino-aprendizagem que estimulem a criticidade, autonomia e intervenção no processo de gestão da biodiversidade;
- d) contribuam para o fortalecimento dos demais instrumentos da Gestão Ambiental Pública, por meio da qualificação dos atores sociais.

ATITUDES:

O gestor do Instituto Chico Mendes precisa ser capaz de agir com:

- Transparência e ética;
- Criticidade => Dialogicidade => Alteridade => Respeito aos diferentes saberes e racionalidades

EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE GESTÃO AMBIENTAL: DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS ESPECÍFICAS

As diretrizes e orientações metodológicas específicas se propõem a detalhar um pouco mais a contribuição da educação ambiental em relação a temas específicos priorizados: Produção Sustentável, Gestão do Fogo, Monitoramento Participativo da Biodiversidade e Juventude.

Para isso a escuta mais fina das diferentes coordenações do Instituto se fez necessária a partir das seguintes questões:

- *Quais os principais desafios de cada coordenação para implementação do seu tema?*
- *Como, no entendimento de cada uma delas, a Educação Ambiental pode contribuir para a implementação desse tema?*
- *Como se articulam os processos institucionais específicos com a educação ambiental?*
- *Quais os caminhos que já se visualizam para operacionalizar a educação ambiental no tema específico, considerando as diretrizes gerais construídas?*

Foram ouvidas as Coordenações: COPROD – Coordenação de Produção Sustentável; COEM – Coordenação de Emergências Ambientais; COMOB – Coordenação de Monitoramento da Biodiversidade; DGPAR Divisão de Gestão Participativa e alguns representantes do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM) para o tema da Juventude.

Considerando as diversas realidades, as demandas e necessidades dos diferentes territórios das unidades de conservação e de seu entorno, relacionadas a cada tema espera-se que as diretrizes e orientações metodológicas específicas fortaleçam de forma transversal a educação na gestão ambiental nas unidades de conservação. Além de contribuir para a construção de um entendimento institucional articulado sobre a Educação Ambiental, que identifique as orientações específicas para educação ambiental em cada tema.

O conjunto das diretrizes e orientações metodológicas específicas construído que irá guiar e inspirar a prática educativa nas unidades de conservação, não deve ser entendido enquanto uma lógica acabada com métodos e resultados predefinidos. Ele pode e deve permitir a construção e a correção de rumos no próprio caminho, orientado pelo contexto mais amplo de cada território de unidade de conservação e pela realidade dos diferentes grupos sociais estratégicos envolvidos na gestão ambiental da unidade protegida.

Sintetizando, as diretrizes e orientações metodológicas específicas de educação ambiental devem servir para:

“transversalizar, sem perder o foco, a Educação Ambiental como instrumento estratégico de conservação da biodiversidade”.

(Participante da Oficina de construção de diretrizes e orientações metodológicas para educação ambiental no ICMBio, Brasília –junho, 2016.

EA NA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

Os **principais desafios / necessidades** listados abaixo que envolvem o tema da produção sustentável nos territórios de unidades de conservação e entorno foram discutidos na oficina de definição de diretrizes e orientações metodológicas para Educação Ambiental do Instituto Chico Mendes (no período de 21 a 24 de junho de 2016, em Brasília) e amadurecidos em rodadas de conversa entre a instância de coordenação de Educação Ambiental do Instituto Chico Mendes (antes COEDU) e a Coordenação de Produção Sustentável (COPROD):

- Há necessidade de maior definição quanto aos procedimentos para regramento do uso dos recursos pelas populações tradicionais;
- Há existência de conflitos no uso dos recursos e necessidade de fortalecer a gestão do território;
- É necessário promover no Instituto Chico Mendes maior realização e divulgação de pesquisas e informações sobre o papel do uso sustentável como estratégia de conservação;
- É essencial incrementar a infraestrutura das comunidades tradicionais em unidades de uso sustentável e no entorno de outras categorias de unidades;
- É fundamental promover maior acesso às políticas públicas e sua adequação às especificidades das populações tradicionais e produtos extrativistas;
- É necessário promover o fortalecimento organizacional das comunidades, das Associações e Cooperativas;
- Há necessidade de promover a Assistência Técnica e Extensão Rural em Unidades de Conservação / ATER mais qualificada e específica para as famílias beneficiárias de RESEX, FLONA e RDS;
- As famílias extrativistas bem como os seus produtos oriundos da atividade extrativista são invisíveis;
- É essencial promover o fortalecimento e adequação dos elos da cadeia produtiva para assimilar os produtos do agroextrativismo.

Ao cruzar os desafios elencados e as Premissas de Educação Ambiental priorizadas: **participação social, sustentabilidade, sujeitos prioritários da ação educativa, territorialidades e identidades e conservação da biodiversidade**, nossos **FOCOS de atenção** inspiradores da Educação Ambiental na gestão ambiental pública em Unidade de Conservação⁷, definem-se as seguintes **diretrizes e orientações metodológicas de Educação Ambiental na Produção Sustentável**.

⁷ Ver definição das premissas de educação ambiental na parte referente à *Educação no Processo de Gestão Ambiental: Diretrizes Gerais* na página xx desse documento.

Educação Ambiental na Produção Sustentável*

Diretrizes	Orientações Metodológicas
<ul style="list-style-type: none">• Colaborar com os gestores na construção participativa de regras e normas que regem a unidade de conservação, e o uso de recursos pelas populações tradicionais, assim como, no nivelamento de informações sobre esse conjunto que precisa ser absorvido por toda a equipe técnica da unidade de conservação e grupos sociais envolvidos com sua gestão ambiental.• Colaborar para a integração dos diversos conhecimentos e instrumentos de gestão produzidos (plano de manejo, plano de ação e regimento interno do Conselho, acordos de gestão entre outros) e para a melhoria dos processos de tomada de decisão, vinculando o processo educativo às questões sociais (entendidas em termos ambientais, culturais, históricos, políticos ou econômicos).	<ul style="list-style-type: none">• Contribuir com o planejamento e implementação de programa de capacitação de gestores do Instituto Chico Mendes voltado para a construção participativa de acordos / pactos de uso de recursos, envolvendo conselheiros, representantes da população local / tradicional e outros grupos sociais, locais, estratégicos e envolvidos com a gestão da unidade de conservação.
<ul style="list-style-type: none">• Colaborar para a criação de espaços coletivos de reflexão e fortalecimento dos aspectos que necessitem de reforço teórico-metodológico principalmente nos temas: manejo e produção sustentável como estratégia de conservação acesso a políticas públicas voltadas para o extrativismo e as populações tradicionais.• Dar visibilidade nesses espaços às questões transversais de gênero, juventude, etnia, saúde, educação.	<ul style="list-style-type: none">• Contribuir na elaboração de um programa de capacitação continuada que possa promover o aprofundamento das discussões relacionadas a questões-chave para a gestão da unidade de conservação, como no fortalecimento de argumentos que legitimam a produção sustentável como estratégia de conservação;• Contribuir na montagem e adequação ao público beneficiário da unidade de conservação de ciclo de encontros voltado para nivelamento de informação e capacitação técnica para preenchimento de cadastros e formulários que viabilizam o acesso às políticas públicas direcionadas à população extrativista e/ou tradicional;
<ul style="list-style-type: none">• Colaborar no incremento do potencial organizativo e associativo da população comunitária no interior e entorno de unidades de conservação.	<ul style="list-style-type: none">• Contribuir na estruturação de encontros com grupos e agentes estratégicos para a gestão das unidades de conservação (ex: usuários(as), população tradicional, ou não, beneficiários(as), e servidores(as), para ouvir esses grupos e apreender a percepção que têm sobre os problemas, conflitos, potencialidades e questões relacionadas

<ul style="list-style-type: none"> Colaborar na integração de processos / ações de educação ambiental à cadeia produtiva sustentável no território. 	<p>tanto à gestão da unidade de conservação, quanto à cadeia produtiva sustentável no território.</p> <ul style="list-style-type: none"> Contribuir no fomento à organização comunitária e associativa, mediando processos educativos, participativos para identificação de potencialidades, demandas e interesses comuns; construção coletiva de planos da produção sustentável do território e ação para criação ou incremento de grupos de trabalho organizados (cooperativados ou oriundos de associações). Mediar a construção de fluxo de informação de forma a Incrementar tanto o acesso, quanto a disseminação da informação que favoreça a participação, integração e organização dos comunitários.
<ul style="list-style-type: none"> Contribuir na articulação e integração de segmentos internos e externos à unidade de conservação como: conselheiros, mulheres, jovens, extrativistas, professores(as), estudantes, pesquisadores(as), técnicos(as), servidores(as), população tradicional e moradora do território da unidade de conservação, agentes comunitários, agentes de turismo, voluntários, extensionistas, pessoal terceirizado, entre outros atores sociais, na perspectiva de contribuir para a construção e ampliação de sua consciência, visando à participação de cidadãos e cidadãs na defesa do meio ambiente e na gestão participativa da unidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Contribuir na mediação de interesses para a construção de um Programa de Capacitação envolvendo representantes comunitários, servidores da unidade de conservação, professores entre outros grupos estratégicos para a gestão da unidade de conservação e para a elaboração do referido programa no que se referem ao seu objetivo, objetivos de aprendizagem, conteúdos, sujeitos da ação educativa e recursos pedagógicos e didáticos.
<ul style="list-style-type: none"> Colaborar com o planejamento e implementação de programa de capacitação e de sensibilização das instituições de assistência técnica, extensionistas de ATER** e ofertantes dos cursos do Pronatec para as especificidades das populações tradicionais/extrativistas, de modo a favorecer o seu conhecimento do território e da comunidade e seu preparo adequado para uma atuação que contribua com a organização social, a produção e a comercialização dos produtos. 	<ul style="list-style-type: none"> Contribuir na montagem de: proposição de um módulo mínimo (básico) voltado para os extensionistas que irão trabalhar no território e na definição das competências que precisam ser desenvolvidas (que denominamos de <i>CHA</i>- Conhecimento, Habilidades, Atitudes) voltado para os extensionistas e ofertantes de cursos técnicos de aperfeiçoamento de produtos do agroextrativismo. Tendo em vista os sujeitos prioritários, adequar com atenção a linguagem e considerar como pontos de partida o universo temático das populações e suas práticas quanto ao tema produção sustentável. Quando os sujeitos da ação educativa forem

	<p>jovens ou membros de comunidades tradicionais, identificar metodologias participativas, dinâmicas e lúdicas nas ações de capacitação.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Colaborar no fortalecimento da articulação entre os processos de monitoramento da biodiversidade e da produção sustentável de forma a estimular e tornar visível a prática sustentável para além das fronteiras da unidade de conservação. 	<ul style="list-style-type: none"> Contribuir na montagem de um programa de Educação Ambiental que dê visibilidade às práticas de manejo sustentáveis das populações tradicionais do interior ou do entorno de unidades de conservação, destacando os resultados do processo de agregação de valor à produção sustentável dos povos da floresta, associando esse processo a uma estratégia de conservação da biodiversidade. Contribuir na elaboração de materiais educativos e informativos qualificados, visando ampliar a difusão de boas práticas sustentáveis e influenciar a região da unidade de conservação.

* Para complementar o tema recomenda-se a leitura do documento de Andrea Zimmermann, ***Programa de Capacitação para Gestão Participativa***, na biblioteca do site do ICMBio no link:

<http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/biblioteca/educacao-ambiental-em-uc.html>

** A Lei de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural em Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Projetos de Assentamento Agroextrativista em situação de extrema pobreza) caracteriza os serviços de ATER como um *“serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais”*, conforme Art. 2º, I. Consultar o link: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/assistencia-tecnica->

EA NA GESTÃO DO FOGO

Se é conflituoso (o contexto de gestão do fogo) vira “incêndio”!
(Fala de participante das oficinas temáticas, outubro, 2016)

Os **principais desafios / necessidades** listados abaixo que envolvem a gestão do fogo nos territórios de unidades de conservação e entorno foram discutidos na oficina de definição de diretrizes e orientações metodológicas para Educação Ambiental do Instituto Chico Mendes (no período de 21 a 24 de junho de 2016 em Brasília) e amadurecidos em rodadas de conversa entre a instância de coordenação de Educação Ambiental do Instituto Chico Mendes (antes COEDU) e a Coordenação de Emergências Ambientais (COEM):

- No Instituto Chico Mendes, há um processo de mudança do paradigma na gestão do fogo, do modelo português de “**fogo zero**”, **ou seja**, da política da exclusão do fogo pelo fortalecimento do manejo integrado do fogo (MIF).
 - ✓ Compreende-se hoje que a política do “fogo zero” acabou excluindo o fogo de processos ecológicos. Atualmente, busca-se fortalecer a concepção de que o fogo pode ser benéfico para a vegetação e bioma, dependendo de sua intensidade. Há o reconhecimento do fogo como mais um elemento natural / social que precisa ser manejado;
 - ✓ O processo para se suplantar a ideia de que o *fogo é ruim* gera ainda muitos conflitos;
 - ✓ O fogo precisa ser pensado como o resultado de um problema que gera variadas consequências.
- A **diversidade de atores sociais** envolvidos com a gestão do fogo leva a necessidade de se propor diálogos e mediar conflitos, especialmente tendo em vista a existência de atores em **condições desiguais** de tomada de decisão, buscando transformar conflitos em processos cooperativos;
- Há necessidade de se fortalecer a cultura do planejamento integrado e participativo entre os gestores do Instituto Chico Mendes / Bombeiros / Órgãos Estaduais de Meio Ambiente e IBAMA principalmente na construção de planos de prevenção e combate ao fogo;
- Estender o tempo **de contrato dos brigadistas** é fundamental para qualificar melhor sua formação voltada para o trabalho com a gestão do fogo, inclusive inserindo conteúdos de educação ambiental voltados para gestão de unidades de conservação;
- É necessário consolidar no Instituto Chico Mendes a implementação do manejo integrado do fogo. Para isso, é essencial o fomento institucional voltado ao desenvolvimento e difusão de novos conhecimentos que integrem saber técnico-científico e saber popular-tradicional em relação ao manejo integrado do fogo;
- É essencial avançar na definição das competências, habilidades e atitudes (CHA) necessárias aos grupos envolvidos com a gestão do fogo. Para isso é necessário definir com clareza as diferenças de papéis entre: Bombeiro/Polícia Ambiental / Batalhão Ambiental/Brigadista/Voluntários.

Ao cruzar os desafios elencados e as Premissas de Educação Ambiental priorizadas: **participação social, sustentabilidade, sujeitos prioritários da ação educativa, territorialidades e identidades e conservação da biodiversidade**, nossos **FOCOS de atenção** inspiradores da Educação Ambiental na gestão ambiental

pública em Unidade de Conservação⁸, define-se as seguintes **Diretrizes e orientações Metodológicas de Educação Ambiental na Gestão do Fogo**.

Educação Ambiental na Gestão do Fogo	
Diretrizes	Orientações Metodológicas
<ul style="list-style-type: none"> Colaborar na articulação de espaço de diálogo entre diferentes atores, visando entendimento e construção de acordos de gestão (pactuar) para reduzir prejuízos ecológicos/sociais dos incêndios; 	<ul style="list-style-type: none"> Contribuir na estruturação de encontros com grupos e agentes estratégicos envolvidos com a gestão do fogo no território da unidade de conservação e entorno, para ouvir esses indivíduos e apreender a percepção que têm sobre os problemas, conflitos, potencialidades e questões relacionadas ao tema; Caracterizar/mapear as formas de uso do fogo com os atores envolvidos considerando seus interesses e responsabilidades (saberes locais), nivelando e socializando informações e evidenciando os danos do manejo inadequado; Contribuir na construção coletiva de acordos/pactos sobre o uso /monitoramento/ prevenção do fogo através de metodologias participativas; ajudar a formular perguntas e a criar consensos mínimos possíveis; Contribuir com a definição coletiva de papéis e de competências, habilidades e atitudes (CHA) adequadas aos grupos envolvidos com a gestão do fogo.
<ul style="list-style-type: none"> Colaborar na construção de Planos de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais; 	<ul style="list-style-type: none"> Contribuir com um processo de planejamento participativo para se chegar a estratégias mais consistentes de manejo integrado do fogo e a planos de prevenção e combate ao fogo.
<ul style="list-style-type: none"> Colaborar na construção de “protocolos de gestão do fogo” visando consolidar uma metodologia de abordagem e intervenção pactuada junto aos atores sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> Contribuir na mediação de interesses para a construção de “protocolos de gestão do fogo” envolvendo atores estratégicos (gestores do ICMBio, servidores estaduais do meio ambiente, bombeiros, brigadistas, representantes dos grupos sociais comunitários), para que articulem os instrumentos de gestão da unidade de

⁸ Ver definição das premissas de educação ambiental na parte referente à *Educação no Processo de Gestão Ambiental: Diretrizes Gerais* na página xx desse documento.

	<p>conservação e o conjunto de conhecimentos disponíveis sobre formas de manejo integrado do fogo (técnico-científico, saberes e fazeres locais).</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Colaborar na estruturação de capacitações continuadas e processos educativos: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Que envolvam equipes de órgãos ambientais/Instituições públicas, voluntários, brigadistas, gestores, comunitários /grupos sociais do entorno e interior das unidades de conservação. ✓ Que enfatizem a compreensão do contexto (social, cultural, produtivo, econômico e histórico) e organização social a partir da escuta afinada voltada para as diversas realidades. ✓ Que estimulem à construção coletiva de novos arranjos para combate ao fogo a partir do dialogo de saberes entre o uso tradicional do fogo e o conhecimento técnico do Instituto. Ou seja, como esses diferentes saberes devem se articular, integrar para minimizar o impacto do fogo nessas áreas? 	<ul style="list-style-type: none"> • Em cada realidade: contribuir no entendimento do contexto (social, econômico, cultural, histórico e político) em que a gestão ambiental se insere, definindo qual a abordagem mais apropriada e quais os sujeitos da ação educativa. Ampliar a compreensão sobre o contexto em que se dá a gestão ambiental e a gestão do fogo, mais especificamente, a partir do diálogo com os diferentes atores sociais envolvidos. Adaptar a abordagem metodológica da ação educativa aos diferentes sujeitos e contextos com os quais se vai atuar; • Envolver a juventude, as mulheres e voluntariado nas ações, valorizando esses segmentos da população na ação educativa. *.
<ul style="list-style-type: none"> • Colaborar no fomento institucional para o desenvolvimento de novos conhecimentos que integrem saber técnico-científico e saber popular-tradicional em relação ao manejo integrado do fogo 	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir na organização de ciclos de debates que contribuam para a articulação de saberes; aproximando a academia de grupos sociais tradicionais regionais e de técnicos envolvidos com a gestão do fogo; • Integrar este debate em diferentes espaços de formação de educação ambiental e de capacitação do Instituto Chico Mendes, inclusive no Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental.
<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar, em diferentes linguagens, os resultados do processo periodicamente, visando sensibilizar a sociedade em relação a uma mudança de paradigma sobre o uso do fogo, como um elemento natural/social a ser manejado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir na elaboração de material básico, em linguagem acessível, sobre manejo integrado do fogo, incluindo um guia de boas práticas, adaptado a diversos públicos. Incluir banco de aplicativos úteis de monitoramento e combate ao fogo. • Disponibilizar esses materiais nos processos de capacitação inicial do servidor e no Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental. • Contribuir na sensibilização de universidades, para os temas relacionados à gestão do fogo

	<p>em territórios protegidos, dando visibilidade às ações das unidades de conservação e fomentando possibilidades de trabalho conjunto e estabelecimento de parcerias, por meio da abertura de campo de estágio, organização de seminários, ação educativa nas universidades.</p>
--	---

EA NO MONITORAMENTO PARTICIPATIVO DA BIODIVERSIDADE

Os **principais desafios / necessidades** que envolvem a implementação do monitoramento participativo da biodiversidade em unidades de conservação foram discutidos na oficina de definição de diretrizes e orientações metodológicas para Educação Ambiental do Instituto Chico Mendes (no período de 21 a 24 de junho de 2016, em Brasília) e amadurecidos em rodadas de conversa entre a instância de coordenação de Educação Ambiental do Instituto Chico Mendes (antes COEDU) e a Coordenação de Monitoramento da Conservação da Biodiversidade (COMOB):

O Instituto Chico Mendes, com base na experiência internacional e a partir de amplo processo consultivo, vem implantando o sistema de monitoramento participativo da biodiversidade em unidades de conservação selecionadas nos biomas Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica a partir de 2014.

O sistema de monitoramento quando bem estruturado e aplicado passa a ter importância estratégica para a gestão de unidades de conservação e pode passar a ser uma poderosa ferramenta para a gestão das áreas protegidas, pois dá suporte a processos de tomada de decisão em políticas públicas e ações de manejo dos recursos naturais.

Os principais desafios atualmente enfrentados na implementação do sistema de monitoramento da biodiversidade, listados abaixo, são os pontos de partida para se estruturar as diretrizes e orientações metodológicas para a educação ambiental.

- Há um esforço institucional no Instituto Chico Mendes de mudança de paradigma na implementação do monitoramento participativo da biodiversidade. De um modelo dispendioso, difícil e dissociado da gestão, para outro de simples operação, barato e principalmente, inserido, de forma transversal, aos instrumentos de gestão (Plano de Manejo , Acordo de Gestão, Termo de Compromisso, etc);
 - O Instituto Chico Mendes com a intenção de monitorar o estado da biodiversidade das unidades de conservação e dar resposta à pergunta: *o Sistema de unidades de conservação está sendo efetivo na conservação da biodiversidade ecológica⁹ por bioma, em escala global e local?* Trabalha com dois tipos de monitoramento da biodiversidade¹⁰;
 1. De cima para baixo (Monitoramento Global), tendo por objetivo subsidiar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação /SNUC.
 2. De baixo para cima (Monitoramento Complementar, geralmente denominado de Monitoramento Participativo da Biodiversidade), tendo por objetivo subsidiar a gestão da unidade, especialmente quanto ao manejo de espécies utilizadas pelas comunidades.
- ⇒ É necessário consolidar e ampliar a implantação do sistema de monitoramento participativo da biodiversidade que é muito recente e envolve uma diversidade de atores sociais - técnicos do Instituto de diferentes Coordenações envolvidas na construção dos instrumentos de gestão (Plano de Manejo, Termo de Compromisso, Manejo Integrado Fogo, Acordo de gestão); gestores (pontos focais e multiplicadores do processo), atores locais (monitores), parceiros, voluntários, pesquisadores do Centro de Pesquisa e de Instituições de pesquisa. É preciso criar uma cultura do monitoramento participativo no Instituto.

⁹ **Inserir na margem esquerda:** Para compreender mais sobre biodiversidade ecológica, sugerimos acessar o material: eco.ib.usp.br/labvert/cap1.pdf.

¹⁰ **Inserir na margem esquerda:** Para aprofundar mais sobre o assunto ver em <http://www.icmbio.gov.br/portal/monitoramento-2016/programas-de-monitoramento-da-biodiversidade-em-ucs/monitoramento-em-ambientes-continentais>

- É necessário que o monitoramento da biodiversidade mantenha o equilíbrio entre a implementação do sistema na escala global e na escala local, visando dar resposta local e globalmente. Isso demanda entendimento, diálogo e capacitação continuada dos atores estratégicos envolvidos com sua implantação;
- O processo de implementação do sistema de monitoramento participativo, para se obter resultados é de longo prazo e exige continuidade. Para que aconteça sua inserção no processo de gestão da Unidade é preciso manter o envolvimento contínuo (motivação, comprometimento, articulação, capacitação) dos atores sociais estratégicos envolvidos com o monitoramento em muitas unidades de conservação e regiões;
- É necessária a construção de relação de confiança entre os atores sociais; gestores (pontos focais), atores locais (monitores e voluntários), envolvidos com o monitoramento participativo da biodiversidade nas diferentes localidades. Isso exige clareza da importância do monitoramento, sensibilização, reconhecimento e valorização dos saberes e fazeres locais.
- Há necessidade de comunicação institucional para facilitar o alinhamento e divulgação interna das ações e processos que envolvem o monitoramento;
- É preciso avançar na construção institucional de consensos quanto à política de dados e ao controle do uso de recursos dentro das unidades de conservação federais;
- É essencial avançar na definição das competências, (conhecimentos, habilidades e atitudes /CHA) necessárias aos atores sociais envolvidos com o processo de monitoramento participativo da biodiversidade no território das unidades de conservação. Para isso é necessário definir com clareza as diferenças de papéis entre: pontos focais (pessoas que são referências para o monitoramento participativo na comunidade, geralmente os gestores) / multiplicadores do processo / monitores / Voluntários.
- Há necessidade de tradução e validação dos resultados do monitoramento junto à sociedade, em especial às comunidades mais diretamente envolvidas, utilizando-os como base para os demais instrumentos de gestão da Unidade;
- Uma boa devolutiva dos resultados de coleta de dados para as comunidades envolvidas é essencial para fortalecer a credibilidade no monitoramento da biodiversidade e sua relação com a melhoria da gestão da Unidade e da qualidade de vida das comunidades.

Ao cruzar os desafios elencados e as Premissas de Educação Ambiental priorizadas: ***participação social, sustentabilidade, sujeitos prioritários da ação educativa, territorialidades e identidades e conservação da biodiversidade***, nossos **FOCOS de atenção** inspiradores da Educação Ambiental na gestão ambiental pública em Unidade de Conservação¹¹, propõem-se as seguintes **Diretrizes e Orientações Metodológicas de Educação Ambiental na implementação do Monitoramento Participativo da Biodiversidade**.

¹¹ Ver definição das premissas de educação ambiental na parte referente à *Educação no Processo de Gestão Ambiental: Diretrizes Gerais* nesse documento.

Educação Ambiental no Monitoramento Participativo da Biodiversidade	
Diretrizes	Orientações Metodológicas
<ul style="list-style-type: none"> • Colaborar no fortalecimento e internalização de uma cultura do monitoramento participativo da biodiversidade no Instituto Chico Mendes enfatizando sua importância global, regional e local. • Colaborar na construção de “pontes” ou articulação entre processos de gestão ambiental e de monitoramento da biodiversidade da unidade de conservação, fortalecendo a troca de saberes e o entendimento entre os diferentes atores envolvidos na gestão biodiversidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir na montagem de um programa (ou módulo) contínuo de Educação Ambiental voltado para todos os servidores do Instituto Chico Mendes que dê visibilidade ao sistema de monitoramento participativo implantado pelo Instituto, destacando seus resultados e importância global, regional e local para a conservação da biodiversidade. • Integrar este debate em diferentes espaços de formação de educação ambiental do Instituto, inclusive no Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental. • Contribuir na estruturação de encontros de capacitação visando a construção participativa dos elos entre os processos de gestão (instrumentos de gestão) e de monitoramento participativo da biodiversidade envolvendo os atores sociais estratégicos para a implementação do monitoramento participativo da biodiversidade.
<ul style="list-style-type: none"> • Colaborar na mobilização dos atores sociais locais envolvidos com o monitoramento participativo da biodiversidade. Sensibilizá-los promovendo o diálogo local promovendo o entendimento sobre o significado de dar respostas localmente a respeito da conservação da biodiversidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para o fortalecimento de espaços de diálogo envolvendo os pontos focais, monitores e parceiros estratégicos para ouvi-los, apreender a percepção que têm sobre o tema, esclarecer dúvidas e reafirmar o objetivo e a importância do processo de monitoramento participativo; • Fomentar nesses espaços o sentimento de pertencimento e de responsabilidade pela área protegida valorizando os indicadores locais, vinculando-os aos interesses, saberes e práticas locais.
<ul style="list-style-type: none"> • Colaborar na qualificação do “participativo” no monitoramento da biodiversidade, fortalecendo as condições para o desenvolvimento de ações que promovam a participação e envolvimento dos atores locais no processo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir na estruturação de programa educativo (curso, oficina) voltado para os pontos focais, multiplicadores e monitores com o objetivo de capacitá-los para o manuseio de ferramentas participativas que os ajudem na integração e ressignificação do saber técnico/científico e popular/local e na facilitação de processos de negociação e

<ul style="list-style-type: none"> • Colaborar com a geração de competências, (conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes / CHA) que os gestores (pontos focais), monitores, multiplicadores e voluntários precisam desenvolver ou aprimorar para executarem o trabalho de monitoramento participativo da biodiversidade integrado à gestão de unidades de conservação. 	<p>construção de acordos (consensos mínimos).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incorporar no planejamento e execução desse programa educativo, representantes (gestores, monitores) já envolvidos com o tema e intergrados ao contexto local das unidades de conservação que tragam exemplos concretos de experiências exitosas de monitoramento participativo em unidades de conservação. • Contribuir na definição das competências que precisam ser desenvolvidas (conhecimentos, habilidades e atitudes – CHA) junto aos atores envolvidos com o monitoramento participativo complementar, definindo com clareza as diferenças de papéis entre: pontos focais / multiplicadores do processo / monitores / voluntários. Destacando que a definição das competências que devem ser desenvolvidas deverá ser realizada de forma participativa integrando pontos de vista, percepções e visão de mundo dos atores já envolvidos com o monitoramento participativo da biodiversidade em unidades de conservação.
<ul style="list-style-type: none"> • Colaborar no fomento institucional visando fortalecer entendimentos quanto à política de dados e ao controle do uso de recursos da biodiversidade que integrem saber técnico-científico e saber popular-tradicional em relação ao tema do monitoramento participativo da biodiversidade em unidades de conservação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir na organização de ciclos de debates sobre o tema que contribuam para a articulação de saberes, aproximando a academia de parceiros estratégicos do ICMBio e de experiências exitosas na área do monitoramento participativo da biodiversidade. • Integrar este debate em diferentes espaços de formação de educação ambiental do Instituto Chico Mendes, inclusive no Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental e nos Centro de Pesquisa e Conservação do Instituto.
<ul style="list-style-type: none"> • Colaborar com a estruturação de um processo de devolutiva dos resultados do monitoramento junto à sociedade, em especial junto às comunidades diretamente envolvidas. • Colaborar na divulgação dos resultados do processo periodicamente, visando sensibilizar e dar legitimidade ao novo processo de implementação do monitoramento 	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir na elaboração de material básico em linguagem acessível, sobre a implementação do monitoramento participativo da biodiversidade, incluindo um guia de boas práticas, adaptado a diversos públicos. Incluir banco de aplicativos úteis de monitoramento participativo da biodiversidade. • Disponibilizar esses materiais nos processos de capacitação inicial do servidor e no Ciclo

<p>participativo da biodiversidade, inserido, de forma transversal, na gestão da Unidade de conservação.</p>	<p>de Formação em Gestão Socioambiental.</p> <ul style="list-style-type: none">• Contribuir na sensibilização de universidades quanto à implementação do monitoramento participativo da biodiversidade em territórios protegidos, dando visibilidade às ações das unidades de conservação e fomentando possibilidades de trabalho conjunto e estabelecimento de parcerias (como abertura de campo de estágio, organização de seminários, ação educativa nas universidades, etc.).
--	---

*Experiências exitosas que são referências na implementação do monitoramento participativo da biodiversidade em territórios protegidos - Monitoramento de Quelônios - RESEX Rio Unini e PARNA Jaú; Pesca e Caça - RESEX Rio Iriri, RESEX Riozinho do Anfrísio, junto com CENAP, Caça e Manejo da Madeira - RESEX Tapajós-Arapiuns (UC apoiadas pelo Instituto IPÊ); Manejo Florestal - FLONA Jamari (UC apoiadas pelo Instituto IPÊ); Castanha-RESEX Cazumbá-Iracema (UC apoiadas pelo Instituto IPÊ).

EA VOLTADA PARA JUVENTUDES

“Será que o Estado está preparado para nos receber empoderados e decidindo sobre nossas vidas?” (fala de um jovem participante na oficina de Brasília – junho de 2016).

Os **principais desafios / necessidades** que envolvem o tema da educação ambiental voltada para juventudes nos territórios de unidades de conservação e entorno foram discutidos na oficina de definição de diretrizes e orientações metodológicas para Educação Ambiental do Instituto Chico Mendes (no período de 21 a 24 de junho de 2016, em Brasília) e amadurecidos em rodadas de conversa entre a instância de coordenação de Educação Ambiental do Instituto Chico Mendes (antes COEDU) e alguns representantes do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM):

Os principais desafios atualmente enfrentados na implementação desse tema, listados abaixo, são os pontos de partida para se estruturar as diretrizes e orientações metodológicas para a educação ambiental voltada para juventudes.

- Existe clareza no Instituto Chico Mendes da necessidade de se promover maior parceria e sinergia entre o Instituto e o Movimento Social na implantação da agenda da educação ambiental voltada para juventudes;
- Há a percepção de que as juventudes que vivem nas florestas, nos manguezais e próximo aos rios e mares estão se descaracterizando enquanto população tradicional que convive com a natureza. Este fato aponta para a necessidade de se gerar maior inclusão das juventudes na gestão ambiental pública de territórios protegidos;
- Para isso é essencial fortalecer as juventudes para participação qualificada na organização e controle social do território assim como de sua gestão ambiental, levando em consideração suas diversidades de gênero, etnia e cultura.
- As juventudes não estiveram presentes nas lutas pela conquista dos territórios protegidos (principalmente RESEX / RDS) e há clareza sobre a importância da luta travada para se demarcar essas áreas, sobre o que ela gerou e ainda gera na manutenção desses territórios. Há um entendimento que o trabalho com juventudes nesses espaços precisa ter como objetivo o fortalecimento da territorialidade e a valorização do significado de sua conservação.
- É também essencial fortalecer institucionalmente o entendimento que a concepção emancipatória da educação ambiental com a qual se trabalha demanda que se promova sempre a autonomia dos sujeitos da ação educativa, ou seja, trabalhar com os jovens enquanto sujeitos e inseri-los nos espaços de tomada de decisão na gestão ambiental pública;
- Há um reconhecimento por parte de movimentos sociais que atuam nos territórios de RESEX/RDS principalmente, que o Instituto Chico Mendes é um órgão com forte capacidade de discutir, responder e contribuir para a emancipação social de grupos sociais específicos. É muito importante manter e aprofundar esse diálogo. Por outro lado, identifica-se a necessidade do Instituto se colocar com mais abertura para lidar com as demandas dos sujeitos e coletivos que se emancipam através das ações por ele deslançadas.

Ao cruzar os desafios elencados e as Premissas de Educação Ambiental priorizadas: **participação social, sustentabilidade, sujeitos prioritários da ação educativa, territorialidades e identidades e conservação da biodiversidade**, nossos **FOCOS de atenção** inspiradores da Educação Ambiental na gestão ambiental pública em Unidade de Conservação¹², definem-se as seguintes **diretrizes e orientações metodológicas de Educação Ambiental voltada para o trabalho com Juventudes**.

Educação Ambiental voltada para Juventudes	
Diretrizes	Orientações Metodológicas
<ul style="list-style-type: none"> • Colaborar na articulação de espaço de diálogo entre grupos de jovens moradores da comunidade, visando conhecer a representação social que os jovens possuem do território/"maretório" onde vivem – considerando a perspectiva de gênero, etnia e tradição cultural. • Colaborar na identificação e caracterização dos sujeitos da ação educativa que possa subsidiar e orientar o planejamento e a implementação de programa de formação de jovens moradores e moradoras das unidades de conservação e entorno. 	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir na estruturação de encontros com grupos de jovens moradores do território de unidade de conservação e entorno, para ouvir esses indivíduos, estimular e apreender a percepção que têm sobre os problemas, conflitos, potencialidades e questões relacionadas à sua vida – leitura da realidade; • Contribuir, por meio de diagnóstico participativo, na caracterização / mapeamento de interesses e demandas, aspectos culturais, religiosos, lúdicos, formas de uso e de relação com os recursos naturais de grupos de jovens moradores(as), beneficiários (as) e do território ou usuários (as) para ajudar na definição de critérios e objetivos de aprendizagem, recortes temáticos e sujeitos prioritários da ação educativa ; • Contribuir na identificação e busca por metodologias que sejam atrativas e adequadas (arte, comunicação, educomunicação, tais como rádio, vídeo, blog entre outras sugeridas pelos próprios jovens) que ajudem a fazer as conexões entre temas escolhidos e as questões ambientais / territoriais, em sinergia com o tema da conservação da biodiversidade.
<ul style="list-style-type: none"> • Colaborar na estruturação de capacitações e processos educativos continuados que contribuam para o fortalecimento das juventudes e para sua inserção qualificada na gestão ambiental do território protegido: ✓ Que envolvam diferentes grupos de 	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir no entendimento do contexto em que as juventudes estão inseridas (leitura da realidade social, econômica, cultural, histórica e política), definindo qual a abordagem mais apropriada ao trabalho com juventudes e quais os sujeitos prioritários da ação educativa.

¹² Ver definição das premissas de educação ambiental na parte referente à *Educação no Processo de Gestão Ambiental: Diretrizes Gerais* na página xx desse documento.

<p>jovens de comunidades tradicionais, usuários e moradores do interior e entorno das unidades e atores locais, estratégicos para o trabalho com juventudes e inseridos na gestão da unidade de conservação, (lideranças comunitárias, membros de órgãos públicos, associações locais, etc.).</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Que enfatizem a compreensão do contexto em que estão inseridas (social, cultural, produtivo, econômico e histórico), as lutas sociais travadas até a criação do território protegido, as disputas territoriais e o histórico de organização comunitária a partir da escuta afinada voltada para as diversas realidades. ✓ Que estimulem à construção coletiva do significado e importância: da conservação ambiental para a vida humana e natureza e da manutenção e defesa de um território protegido. ✓ Que evidencie a relevância da organização comunitária, o papel das lideranças e da distribuição de responsabilidades para a sobrevivência coletiva e bem estar da comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a compreensão sobre o contexto em que se dá a gestão ambiental, incluindo temas adequados às juventudes, articulados a processos / políticas públicas em curso e pertinentes para o contexto em questão. • Adaptar as abordagens metodológicas e linguagem da ação educativa aos diferentes sujeitos e realidades com as quais se vai atuar; • Envolver a juventude, as mulheres e voluntariado nas ações, valorizando esses segmentos da população na ação educativa.
<ul style="list-style-type: none"> • Colaborar no empoderamento das juventudes para que possam contribuir na gestão ambiental do território protegido com seus conhecimentos, habilidades e atitudes (CHA) de forma autônoma; 	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir na construção e aperfeiçoamento de um conjunto de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes - CHA) que as juventudes precisam desenvolver ou aprimorar para se inserir de forma autônoma, na gestão ambiental pública. Destacando que o CHA será construído de forma participativa, integrando pontos de vista, percepções e visão de mundo de jovens já envolvidos com a gestão ambiental pública.
<ul style="list-style-type: none"> • Colaborar no fomento ao diálogo intergeracional que contribua para resgatar a identidade cultural territorial e impulsionar o potencial organizativo e associativo da população jovem no interior e entorno de unidades de conservação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir na estruturação de encontros e na identificação de metodologias que promovam o diálogo entre gerações, aproximando lideranças / pessoas de referência e com envolvimento na organização comunitária, dos grupos de juventudes no contexto das unidades de conservação. • Buscar fortalecer nesses encontros o sentimento de pertencimento a um território que é legalmente protegido, colocando em pauta as especificidades legais ligadas à

	<p>conservação da biodiversidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a articulação de temas atuais e políticas públicas em curso nos territórios que sejam de interesse das juventudes.
<ul style="list-style-type: none"> • Colaborar na sensibilização dos gestores de unidades de conservação brasileiras para os ganhos de se trabalhar com juventudes moradoras, beneficiárias e/ou usuárias dos territórios de unidades de conservação, apreendendo e incorporando novos conhecimentos advindos dos jovens nos processos de gestão ambiental da unidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir com o planejamento participativo de eventos de intercâmbio entre experiências de educação ambiental voltadas a juventudes em territórios protegidos em âmbito regional e nacional visando fortalecer e dar visibilidade ao tema; • Contribuir na organização / estruturação de Seminário nacional anual sobre participação da sociedade (em particular juventudes) na gestão de unidades de conservação, envolvendo na discussão atores estratégicos envolvidos na gestão das unidades de conservação, tais como lideranças e jovens comunitários, gestores do ICMBio, pesquisadores, etc.
<ul style="list-style-type: none"> • Colaborar na promoção dos arranjos locais por meio do estabelecimento de parcerias técnico-científicas, institucionais e logísticas que possam fortalecer a continuidade e aperfeiçoamento dos processos educativos voltados para juventudes. • Colaborar para impulsionar o potencial do <i>Projeto Jovens Protagonistas</i>, visando ampliar sua escala e qualificar os jovens nele inseridos para se tornarem multiplicadores do projeto no território. 	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir com os processos de formalização de parcerias entre universidades, Institutos Federais, Órgãos de Assistência Técnica, ONGs e Associações locais e regionais, fomentando possibilidades de trabalho conjunto por meio da abertura de campo de estágio, organização de seminários, ação educativa nas unidades de conservação, universidades e institutos entre outras iniciativas. • Contribuir no processo de monitoramento participativo constante para avaliar resultados de ações educativas voltados para juventudes, visando seu aprimoramento e ampliação (<i>Projeto Jovens Protagonistas</i>, inclusive) utilizando como instrumento a <i>Estratégia de Monitoramento e Avaliação de processos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação Federais</i> construída no âmbito do ICMBio.

RECOMENDAÇÕES E DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO

O esforço institucional empreendido durante o ano de 2016, no sentido da construção coletiva de diretrizes e orientações metodológicas para implementação, monitoramento e avaliação da educação ambiental em unidades de conservação se constituiu em um importante momento de troca e nivelamento de informação entre a Coordenação de Educação Ambiental e outros processos do Instituto Chico Mendes. Avançou-se na direção de um maior reconhecimento sobre de que maneira os processos de educação ambiental podem fortalecer e aprimorar as demais ações finalísticas do Instituto.

Ainda como forma de fortalecer a articulação dos processos de gestão ambiental implementados pelo Instituto Chico Mendes, recomenda-se o esforço de elaboração do Projeto Político Pedagógico das Unidades de Conservação Federais mediados pela Educação Ambiental, o **PPEA**. Este é um importante instrumento estruturador das ações educativas que visa promover a integração da conservação da biodiversidade e do desenvolvimento socioambiental, integrando a educação ambiental dos demais processos de gestão das unidades de conservação. Está ancorado na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e na Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em unidades de Conservação (ENCEA).

Para finalizar, destaca-se também a importância e recomenda-se o uso da **Estratégia de Monitoramento e Avaliação de processos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação Federais** recém-construída e pronta para ser aplicada, aprimorada e incorporada pelo PPPEA e outros processos estruturados de educação ambiental que sejam implementados pelo Instituto Chico Mendes. Ela se propõe a dar maior visibilidade, no âmbito das unidades de conservação, às contribuições da educação ambiental, tanto para a consolidação da participação na gestão pública da biodiversidade, quanto nos resultados da implementação dos processos e instrumentos de gestão, expressando a sua transversalidade na gestão das unidades de conservação. Além disso, essa estratégia contribuirá para a análise sistemática desses processos, aprimorando assim a tomada de decisão no que se refere a sua implementação, financiamento e continuidade de ações, projetos e programas de educação ambiental implementados pelo Instituto.

As diretrizes e orientações que se apresentam nesse documento traduzem entendimentos, pactos, prioridades e estratégias construídas de forma coletiva e participativa nas oficinas promovidas em 2016 pela Coordenação de Educação Ambiental e pela Coordenação Geral de Gestão Socioambiental e devem ser validadas junto às coordenações do Instituto Chico Mendes que participaram da construção desse material. A continuidade do diálogo intrainstitucional e interinstitucional é estratégica para enraizar as diretrizes e orientações metodológicas recém-construídas e como forma de fazer avançar a integração de processos de gestão e obter resultados cada vez mais efetivos em relação à conservação da biodiversidade e ao fortalecimento da participação social na gestão ambiental pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNSTEIN, S.R. **Uma escada da participação cidadã**. Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC, Lei Federal nº 9.985**, Brasília, 2000.

_____. Ministério do Meio Ambiente / Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, **Como o Ibama exerce a Educação Ambiental?**, Brasília: Ibama, 2002.

_____. Ministério do Meio Ambiente / Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, **Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental – ENCEA**, Brasília, 2010.
<http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/Politica/politica-encea/encea.pdf>

_____. Ministério do Meio Ambiente / Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, **Estratégia de Monitoramento e Avaliação de processos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação Federais**, Brasília, 2017.

_____. **Lei Federal nº 9.795/1999**. Brasília, 1999.

_____. **Gestão participativa do SNUC**. Brasília: MMA, (Série Áreas Protegidas do Brasil, v. II), 2004.

_____. Ministério da Educação. **Formando Com-Vida (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola) – Construindo Agenda 21 na escola**. Brasília: MEC, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Petrópolis: Vozes, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONOMICAS – Ibase, Instituto TerrAzul, Parque Nacional da Tijuca, **Educação Ambiental em Unidades de Conservação**, Projeto Água em Unidade de Conservação, Programa Petrobras Ambiental, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: file:///C:/Users/Nahyda/Downloads/ap_ibase_educacao_01c.pdf

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____, et al. **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ibama, 2005.

_____. **Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo, Cortez, 2012, Coleção questões da nossa época: v.39.

PORTO-GONÇALVES, C.W.- **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUINTAS J. S. **Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico**. Brasília, 2008. Disponível em:
http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacaoambiental/educacao_no_processo_de_gestao_ambiental_publica.pdf

_____- **Introdução à gestão ambiental pública**, Brasília, IBAMA, 2005.

_____ (Org.) – **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**, Brasília, IBAMA, 2002.

_____ e GUALDA, M.J. A – **A Formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental**. IBAMA, Série Meio Ambiente em Debate I – Brasília, 1995.

ZIMMERMANN, A., **Relatório do diagnóstico de experiências e demandas de capacitação em gestão participativa para as RESEX**, Projeto Gestão das Reservas Extrativistas federais na Amazônia Brasileira, Projeto PNUD BRA/08/002, 2012.